



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO TOCANTINS –
SFA/TO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Palmas, Março/2014



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO
TOCANTINS – SFA/TO**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e está obrigado nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº. 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127, de 18 de maio de 2013, da Portaria – TCU nº 175, de 09 de julho de 2013 e da Portaria nº 133, de 18 de janeiro de 2013.

Palmas, 03/2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. Identificação e atributos da UJ	11
1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	11
1.1.1 -Relatório de Gestão Individual	11
1.2- Finalidades e Competências Institucionais da Unidade.....	11
1.3 - Organograma Funcional.....	12
1.4 - Macroprocessos Finalísticos	13
1.5 – Principais macroprocessos de Apoio.....	14
1.5.1 – Macroprocesso de Governança	14
1.5.2 – Macroprocesso de Administração Interna.....	14
1.6 - Principais Parceiros.....	15
2 - Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados.	16
2.1 - Planejamentos da Unidade	16
2.2 - Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados	19
2.2.1 Programa 2028: Defesa Agropecuária	19
2.2.3.2.1 – Ações/Subtítulos do Programa 2028	19
2.2.2 – Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	38
2.2.3.2.2 – Ações/Subtítulos do Programa 2014.	38
2.2.3 - Programa 2105: Gestão e Manutenção do MAPA.....	45
2.2.3.2.3. – Ações/Subtítulos do Programa 2015	45
2.3 - Informações sobre outros Resultados da Gestão.	45
3 – Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão.....	47
3.1 – Controles Internos Administrativos da UJ	47
4 Tópicos Especiais da Execução Orçamentária Financeira.....	49
4.1 Execução das Despesas	49
4.1.1 Programação	49
4.1.2 - Movimentação de Créditos de Movimentação Interna e Externa;.....	50
4.1.3 – Realização da Despesa	51
4.1.3.1 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários Total.....	51
4.1.3.2 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	53
4.1.3.3 - Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	54
4.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	55
4.2.1 Análise Crítica.....	55
4.3 Transferências De Recursos.....	56
4.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	56
4.3.2 – Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	57
4.3.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.....	57
4.3.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	58
4.3.5 - Análise crítica:	58
4.4.1 -Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo	59
4.4.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	59
4.4.3 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	60
4.4.4 - Análise Crítica:	60
5 – Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados.....	61
5.1 – Estruturas de Pessoal da Unidade.....	61

5.1.1 – Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	61
5.1.1.1 - Lotação.....	61
5.1.1.2 - Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada	62
5.1.2 – Qualificação da Força de Trabalho	63
5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções	63
5.1.2.2 - Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	63
5.1.2.3 - Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade ...	64
5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	65
5.1.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	66
5.1.4.1 - Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	66
5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	66
5.1.5 – Cadastramento no Sisac	67
5.1.5.1 - Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac	67
5.1.6 – Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	67
5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	68
5.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	68
5.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	69
5.2.3 – Análise Crítica dos Itens 5.2.3 e 5.2.4.....	70
5.2.4 Composição do Quadro de Estagiários	70
6 – Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	71
6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	71
6.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	71
6.2.1 - Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ	71
7 – Gestões do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	72
7.1 - Gestões Ambientais e Licitações Sustentáveis	72
8 – Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas	73
8.1 - Declarações de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei nº. 8.730/93	73
8.1.1 – Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	73
8.2 – Alimentação do SIASG e SICONV	76
9 - Relacionamento com a Sociedade	77
9.1 – Descrições dos canais de Acesso do Cidadão	77
10 - Informações Contábeis.....	77
10.1 - Declarações do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	77
10.1.1 - Declaração Plena.....	77
11 - Outras Informações sobre a Gestão	78

LISTA DE QUADROS

Quadro - A.1.1.1. Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual	11
Quadro - A.2.2.3.2.1 –Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de vegetais, seus produtos e insumos.....	19
Quadro - A.2.2.3.2.2 – Prevenção, Controle e Erradicação das pragas dos vegetais.....	21
Quadro - A.2.2.3.2.3 – Erradicação da febre aftosa	22
Quadro - A.2.2.3.2.4 Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais	23
Quadro - A.2.2.3.2.5 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins.....	25
Quadro - A.2.2.3.2.6 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	26
Quadro- A.2.2.3.2.7 – Fiscalização de Sementes e Mudas	27
Quadro A.2.2.3.2.8 – Fiscalização de Material Genético Animal	28
Quadro A.2.2.3.2.9 – Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal.....	30
Quadro A.2.2.3.2.10 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário.....	31
Quadro - A.2.2.3.2.11 Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados..	33
Quadro- A.2.2.3.2.12 – Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Animal	34
Quadro- A.2.2.3.2.13 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal.	35
Quadro- A.2.2.3.2.14 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais	36
Quadro- A.2.2.3.2.15 – Fiscalização de Serviços Agrícolas Aviação Agrícola	37
Quadro - A.2.2.3.2.16 – Fiscalização de Contratos de Repasse.....	38
Quadro - A.2.2.3.2.17 – Promoção e Imagem dos Produtos Agropecuários Brasileiros no Exterior- AGROEX	39
Quadro - A.2.2.3.2.18 – Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Cadeias Produtivas Agrícolas	40
Quadro - A.2.2.3.2.20 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias	42
Quadro - A.2.2.3.2.21 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica Pró-Orgânico.....	43
Quadro - A.2.2.3.2.22 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário	44
Quadro A.2.2.3.2.23 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas.....	45
Quadro - A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	47
Quadro - A.4.1.1 – Programação de Despesas	49
Quadro - A.4.1.2 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	50
Quadro - A.4.1.3.1– Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total.....	51
Quadro - A.4.1.3.2 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa– Créditos Originários – Total....	52
Quadro - A.4.1.3.4 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	53
Quadro - A.4.1.3.5 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa– Crédito de Movimentação	54
Quadro A.4.2 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores	55
Quadro - A.4.3.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício.....	56
de Referência.....	56
Quadro - A.4.3.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios.....	57
Quadro - A.4.3.3 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas.....	57
Quadro - A.4.3.4 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios	58
Quadro A.4.4.1 – Despesas Realizadas por Meio da Conta TIPO “B” e por Meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	59
Quadro A.4.4.2 – Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	59
Quadro A.4.4.3 – Prestações de contas de suprimento de fundos (conta tipo “B” e CPGF)	60
Quadro A.5.1.1.1 – Força de trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	61
Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ	62
Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de Dezembro)	63
Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de Servidores da UJ por faixa etária	63
Situação Apurada em 31/12	63
Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade situação	64

Quadro – A.5.1.3.1 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	65
Quadro A.5.1.4.1 – Composição do Quadro de servidores inativos – situação apurada em 31 de dezembro.	66
Quadro A.5.1.4.2 – Instituidores de pensão – situação apurada em 31/12	66
Quadro A.5.1.5.1 – Regularidade do cadastro dos atos no SISAC	67
Quadro A.5.2.1 – Contratos de prestação de servidores de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	68
Quadro A.5.2.2 – Contratos de prestação de serviço com locação de mão de obra	69
Quadro - A.5.2.4 – Composição do quadro de estagiários	70
Quadro A.6.2.1 – Discriminação de imóveis funcionais da união sob responsabilidade da UJ	71
Quadro A.7.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	72
Quadro- A.8.1.1 Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	73
Quadro A.8.2.1 – Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG	76
Quadro A.8.2.2 – Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SICONV	76
Quadro A.10.1.1 - Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada.	77

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ADAPEC – Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins.
APOIOAGRIC – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas.
APOIOPEC – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias.
APPRODUTOR – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário.
CBIO – Centro de Estudos da Biodiversidade.
CCVB – Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas.
CEDRUS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.
CERTORGAN – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica.
CGAL – Coordenação Geral de Apoio Laboratorial.
CGCD – Coordenação Geral de Combate as Doenças.
CIG – Coordenação de Indicação Geográfica.
CIS – Certificado de Inspeção Sanitária.
COAGRE – Coordenação de Agroenergia.
COESA – Comitê Estadual de Sanidade Avícola.
CPIA – Coordenação de Produção Integrada da Cadeia Agrícola.
CPIP – Coordenação Produção Integrada de Agropecuária.
CPOrg – Comissão da Produção Orgânica.
CRHE – Coordenação da Raiva dos Herbívoros e da encefalopatias e espongiformes transmissíveis.
CSM-TO – Comissão Estadual de Sementes e Mudanças do Tocantins.
CT-Agro – Câmara Técnica do Agronegócio.
CTNBIO - Comissão Técnica Nacional e Biosegurança.
DDA – Divisão de Defesa Agropecuária.
DEFIA – Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas.
DEPROS – Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade.
DEPTA – Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária.
DESENGORG – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica Pró-Orgânico.
DFIP – Departamento de Insumos Pecuários.
DIPOA – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.
DIPOV – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal.
DPDAG – Divisão de Política, Produção e desenvolvimento Agropecuário.
DPF – Boas Práticas de Fabricação.
DSA – Departamento de Saúde Animal.
DSV – Departamento de Sanidade Vegetal.
EEB – Encefalopatia Espongiforme Bovina - Doença da Vaca Louca.
EET – Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis.
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
FEBREAFTOS – Erradicação da Febre Aftosa.
FFA – Fiscal Federal Agropecuário.
FISAGROTOX – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins.
FISCAGRIC – Fiscalização de Serviços Agrícolas.
FISCALSEM – Fiscalização de Sementes e Mudanças.
FISCANIMAL – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos.
FISCGENE – Fiscalização de Material Genético Animal.
FISCINAN – Fiscalizações de Insumos Destinados à Alimentação Animal.
FISCONTRATO – Fiscalização de Contrato de Repasse.
FISCORGEN – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados.
FISCPLANTA – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos.
FISFECOI – Fiscalização de Fertilizantes Corretivos e Inoculantes.
FISFECOI – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.

FISPROVET – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário.
GTA – Guia de Trânsito Animal.
INDGRAF – Fomento à Indicação Geográfica de Produto Agropecuário.
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial.
INSPANIMAL – Inspeção e Fiscalização de Produto Origem Animal.
IPVEGETAL – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal.
LANAGRO – Laboratório Nacional Agropecuário.
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.
MANUTSFAS – Administração da Sede.
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
OGM – Organismos Geneticamente Modificados.
OCS- Organização de Controle Social.
OIE – Organização Mundial de Saúde Animal.
PADCLASSIF – Padronização e Classificação de Produtos Vegetais.
PCEANIMAL – Prevenção, Controle e Erradicação Doenças Animais.
PCEVEGETAL – Prevenção Controle e Erradicação de Praga dos Vegetais.
PI – Programa Interno.
PNCEBT – Programa Nacional de Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose.
PNCRH – Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalotia Espongiforme Bovina.
PNEFA – Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa.
PNSA – Programa Nacional de Controle e Erradicação das Doenças de Aves.
POA – Plano Operativo Anual.
PPA – Plano Plurianual.
PRODESA – Programa de Desenvolvimento do Agronegócio.
RENASEM – Registro Nacional de Sementes e Mudanças.
SAPI – Sistema Agropecuário de Produção Integrada.
SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária.
SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo.
SEFAG – Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários.
SEFIA – Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas.
SEFIP – Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários.
SFA/TO – Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Tocantins.
SGAU – Sistema de Gerenciamento de Atividades de Vigilância.
SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal.
SICONV – Sistema de Convênios do Governo Federal.
SIF – Serviço de Inspeção Federal.
SIOR – Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras.
SIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento.
SIPOV – Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal.
SISA – Serviço de Inspeção e Saúde Animal.
SISBOV – Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bufalina.
SISV – Serviço de Inspeção de Sanidade Vegetal.
UVL – Unidade Veterinária Local.
VIGIFITO – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual.

INTRODUÇÃO

No presente Relatório são apresentados os resultados das ações provenientes da implementação, pela Superintendência Federal da Agricultura no Estado do Tocantins, inseridas nos programas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, constantes do PPA 2012/2015 e do POA 2013/2014, incluindo demonstrativos físicos e financeiros, os valores referentes às ações desenvolvidas, ou seja, o Relatório busca dar maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais, propiciando a compreensão e a prestação de contas à sociedade, propiciando, desta forma, disponibilizar informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade tocaninense e brasileira. A participação crescente do Estado do Tocantins no comércio internacional de produtos do agronegócio é resultado de uma combinação de fatores como capacidade empreendedora de seu empresariado, altos investimentos em pesquisa, infra-estrutura, tecnologia e regulação em sanidade e qualidade dos produtos e da integração das cadeias produtivas, englobando fornecedores de insumos, produtores, indústrias processadoras, distribuidores e prestadores de serviços.

Sendo o Agronegócio um dos mais dinâmicos e inovadores segmentos da economia brasileira, hoje é um dos responsáveis pela manutenção de superávits na balança comercial brasileira e também pelo crescimento sustentando da economia nos últimos anos. A Superintendência Federal da Agricultura – SFA-MAPA, executora em nível de estado do Tocantins, dos Planos, Programas e Ações do MAPA, legítima sua missão institucional e, portanto, sua participação no agronegócio tocaninense e brasileiro. A SFA/TO assume papel de fundamental importância nesse contexto na medida em que é responsável direta pela coordenação, supervisão e execução dessas atividades no Estado do Tocantins, as quais estão consubstanciadas no presente Relatório de Gestão 2013, que ora está sendo divulgado, Nele consta a avaliação das principais ações e ou atividades sob nossa responsabilidade.

Itens da Norma (DN TCU n 127/2013, Anexo II) que não se aplicam à natureza da UJ - SFA-TO: Item Remuneração de Administradores, Item 3.4 - Sistema de Correição; Item 3.5 – Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria Nº. 1.043/2007 do CGU; Item 4.6 - Renúncia Tributária Sob a Responsabilidade da UJ; Item 5.1.6 – Acumulação indevida de cargos funções e empregos públicos; Item 5.1.7 – Remessas TCU; Item Comunicação aos órgãos de controle interno; Item 6.2.1 – Item 6.2.2 – Item 6.2.3 – Item 6.2.4 Distribuição dos bens e móveis locado de terceiros - Item 7.1- Gestão da Tecnologia da Informação (TI); Item 7.1.1 – Análise Crítica; Item 8.2 Consumo de papel, energia elétrica e água; Item 9.1 - Deliberação do TCU e do OIC Atendidas no Exercício; Alguns dos itens acima relacionados são de competência do MAPA-SEDE.

Relação de quadros que não se aplicam ou que não se dispõem de informações:

Item 1 - quadros de A.1.1.2 a A.1.1.4; A.1.1.4; Item 4 - quadro

Com relação aos itens da norma e seus respectivos quadros é oportuno esclarecer que em virtude da supressão de alguns itens e quadros, conforme acima explicitado, foi feito um novo ordenamento lógico dos tópicos do Relatório.

Principais Realizações da gestão no exercício 2013

1. Participação da SFA/TO na AGROTINS em maio de 2013 no estande do MAPA onde foi montado um pequeno auditório para a realização de reuniões e palestras com o objetivo de orientar os Agentes Econômicos do Agronegócio do Tocantins com relação ao trabalho que a SFA/TO presta para a sociedade e também fornecer orientações técnicas sobre instruções normativas e demais normas técnicas que afetam os diversos segmentos do setor agropecuário.
2. Diversas Reuniões da Produção Integrada de Frutas, mais especificamente da Produção Integrada de Abacaxi que atualmente é referência nacional.
3. Participação nas campanhas de vacinação contra a febre aftosa com o objetivo de ressaltar a importância de o Estado manter o esforço para a consolidação do seu status sanitário.
4. Reuniões com os diversos parceiros do agronegócio do Estado para a divulgação das normas do MAPA.
5. Diversas palestras de capacitação e divulgação de instruções normativas para profissionais das áreas de Entrepósitos de Pescado, Laticínios, Sementes e Mudas, Frigoríficos de carnes, etc.
6. Orientações para a Agência de Defesa Agropecuária, ADAPEC com vistas às supervisões técnicas e melhoria do Serviço de Defesa Agropecuária do Estado.
7. Realização do 57º AGROEX – Seminário do Agronegócio para Exportação em Guripí, em novembro/2013, com participação aproximadamente 400 agentes, produtores, técnicos, exportadores, industriais, e estudantes universitários.

Principais dificuldades para a realização dos objetivos da UJ

Em relação às principais dificuldades apontadas para a realização dos objetivos desta Unidade Gestora, podemos apontar a deficiência de servidores, tanto técnicos quanto administrativos e a própria infra-estrutura física da SFA/TO cujo espaço físico é insuficiente para abrigar adequadamente todas as áreas.

As restrições relativas a concessão de diárias, o que impediu o alcance de melhores índices de desempenho das metas estabelecidas para o exercício.

Palmas, 28 março de 2014

Mario Marcio Barros Araujo

1. Identificação e atributos da UJ

1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 -Relatório de Gestão Individual

Quadro - A.1.1.1. Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: EXECUTIVO			
Órgão de Vinculação: MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO ESTADO DO TOCANTINS			
Denominação Abreviada: SFA/TO			
Código SIORG: 130018		Código LOA: NÃO SE APLICA	Código SIAFI: 130018
Natureza Jurídica: Ativa		CNPJ: 00.396.895/0074-8	
Principal Atividade: CNAE/IBGE AGRICULTURA /PECUARIA			Código CNAE: A.01.61.9 e A.01.62.7
Telefones/Fax de contato:	(63)3219-4300	(63)3219-4305	(63)3219-4323
Endereço Eletrônico: gab-to@agricultura.gov.br			
Página na Internet: WWW.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Avenida NS 01, 201 Sul, Conj. 02, Lote 07 – Palmas -TO - CEP:77015-202			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Portaria Ministerial nº 290, DOU de 11 de maio de 1989, Portaria Ministerial nº 300, de 16 de junho de 2005, Publicada no DOU de 20 de junho de 2005.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
O Ministério da Agricultura, além da legislação específica disponibilizada através do sistema INTERLEGIS, produziu e disponibilizou os seguintes Manuais: Manual de Contratação TI, de Gestão e Fiscalização de Contratos, de Auditoria Operacional na Fiscalização de Insumos Agrícolas, de Comunicações Administrativas, de Convênios, de Execução Orçamentária e Financeira, de Licitação e Contrato - L&C, de Material e Patrimônio, do Processo Administrativo Disciplinar – PAD e de Recursos Humanos.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
999999	Não se aplica.		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
99999	Não se aplica.		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
999999		99999	

1.2- Finalidades e Competências Institucionais da Unidade

As Superintendências Federais de Agricultura são unidades descentralizadas do MAPA, consoante o Regimento Interno, aprovado pela Portaria 428 de 10/06/2010, descreve no Art. 1º suas competências.

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Tocantins, compete executar os seguintes Programas Nacionais componentes do PPA 2012/2015 e do POA 2013/2014, através de ações finalísticas operacionais, sob a responsabilidade do Mapa, nas seguintes competências:

Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários.

Segurança da Sanidade na Agropecuária.

Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas.

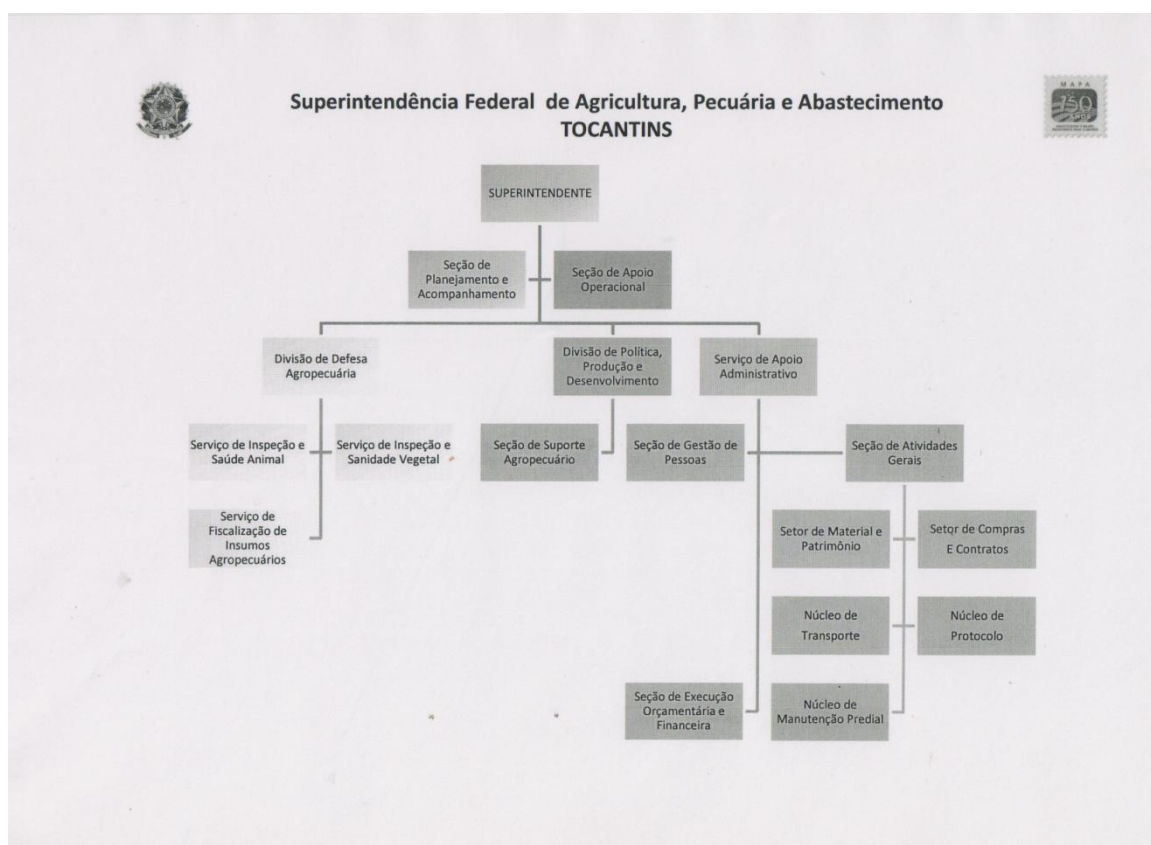
Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.

Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Biodiversidade.

Apoio Administrativo.

1.3 - Organograma Funcional



O Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria 428 de 10/06/2010, descreve no Art. 1º suas competências, quais sejam:

Art. 1º Às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas ao Ministro de Estado, consoante orientação técnica dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações de:

I - defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;

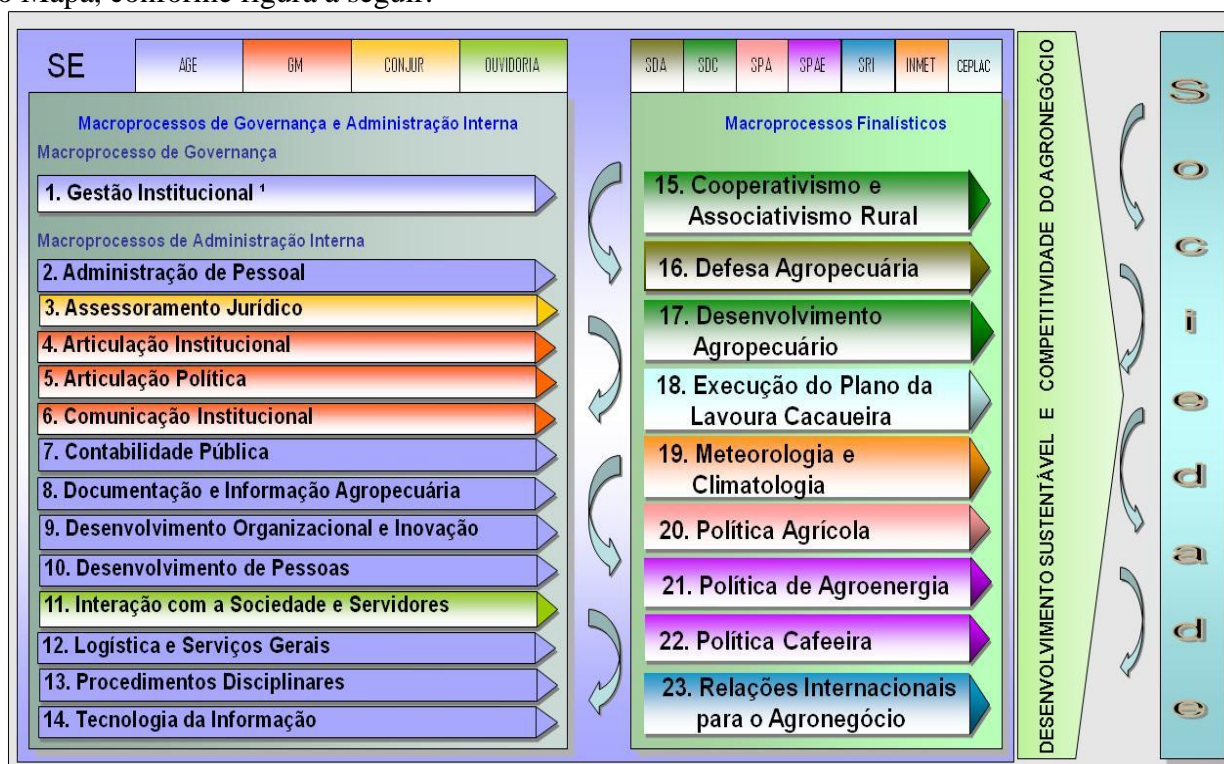
II - fomento e desenvolvimento agropecuário e da heveicultura;

- III - assistência técnica e extensão rural;
- IV - infra-estrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;
- V - produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool;
- VI - administração e desenvolvimento de pessoas, bem como de serviços gerais;
- VII - planejamento estratégico e planejamento operacional;
- VIII - programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;
- IX - qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e
- X - aperfeiçoamento da gestão da Superintendência Federal.

Tais competências e atribuições estão alinhadas com o Planejamento Estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tanto no que se refere ao cumprimento da sua missão Institucional quanto aos Planos, Programas e Ações que dão suporte às ações puramente técnicas coordenadas, supervisionadas e executadas pela SFA– TO,

1.4 - Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos estão descritos na Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa, conforme figura a seguir.



(1) Gestão Institucional - Planejamento Estratégico, Planejamento Setorial, Orçamento e Finanças e Execução Orçamentária e Financeira.

Legenda:	
SE – Secretaria-Executiva	SPA – Secretaria de Política Agrícola
AGE – Assessoria de Gestão Estratégica	SPAE – Secretaria de Produção e Agroenergia
GM – Gabinete do Ministro	SRI – Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
CONJUR – Consultoria Jurídica	INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária	CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

Como a Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa foi elaborada levando em consideração as competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecidas no artigo 27 da Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, de organização da Presidência da República e dos Ministérios e no aspecto que se deve funcionar de forma matricial com a estrutura organizacional do Mapa, definida em conformidade com o que preconiza o Sistema de Organização do Governo Federal - SIORG, instituído pelo Decreto Nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, assim a condução dos macro processos se deu com o cumprimento das competências institucionais, cujos resultados/produtos estão consubstanciados no presente Relatório de Gestão na parte dos objetivos/metabolos e nos produtos das ações orçamentárias, de cada unidade responsável pelos macro processos.

Órgãos responsáveis pelos Macroprocessos

Macro processos	Órgão Responsável
15. Cooperativismo e Associativismo Rural	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
16. Defesa Agropecuária	
17. Desenvolvimento Agropecuário	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
18. Execução do Plano da Lavoura Cacaueira	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
19. Meteorologia e Climatologia	Instituto de Meteorologia
20. Política Agrícola	Secretaria de Política Agrícola
21. Política de Agroenergia	Secretaria de Produção e Agroenergia
22. Política Cafeeira	Secretaria de Produção e Agroenergia
23. Relações Internacionais para o Agronegócio	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio

1.5 – Principais macroprocessos de Apoio

Os macroprocessos de apoio estão registrados na Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa, classificados como MACROPROCESSOS DE GOVERNANÇA E ADMINISTRAÇÃO INTERNA. Sua condução segue a mesma característica informada quanto aos finalísticos, com exceção do processo de definições e registro, que levou em consideração o que, no Ministério, está sendo realizado para sua gestão e para prestar o devido suporte aos macroprocessos finalísticos. Mote, inclusive, que inspirou a representa da Cadeia de Valor, conforme figura demonstrada no item 1.4.

1.5.1 – Macroprocesso de Governança

Gestão Institucional

1.5.2 – Macroprocesso de Administração Interna

Administração de Pessoal
 Assessoramento Jurídico
 Articulação Institucional
 Articulação Política
 Comunicação Institucional
 Contabilidade Pública
 Documentação e Informação Agropecuária

Desenvolvimento Organizacional e Inovação
Desenvolvimento de Pessoas
Interação com a Sociedade e Servidores
Logística e Serviços Gerais
Procedimentos Disciplinares
Tecnologia da Informação

1.6 - Principais Parceiros

A Superintendência Federal da Agricultura no Estado do Tocantins, conta com os seguinte parceiros para o desenvolvimento da suas ações no Estado:

Secretaria da Agricultura Pecuária e Abastecimento - TO – SEAGRO, e suas vinculadas; ADAPEC e RURALTINS.
EMBRAPA.
OCB-SESCOOP.
IBAMA.
NATURATINS.
FAET-SENAR
SEBRAE-TO

2 - Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados.

2.1 - Planejamentos da Unidade

Em relação ao plano operacional, o Mapa desenvolveu no biênio 2012/2013 e implantou no final de 2013, o módulo informatizado de programação do Plano Operativo Anual (POA), parte do Sistema de Gestão Integrada (SGI), que trata do planejamento operacional físico-orçamentário detalhado das ações e planos orçamentários de todas as Unidades do Mapa, baseado nos valores contidos no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2014. Espera-se desenvolver o módulo de execução/monitoramento do POA ainda em 2014, para proporcionar aos gestores o acompanhamento mais efetivo do que foi programado em relação ao executado, para o exercício. Além do plano estratégico apresentado, considera-se o PPA 2012/2015 como plano tático, constituído de programas, objetivos e metas, iniciativas e medidas institucionais/normativas de responsabilidade do Ministério, também abordados no relatório. As áreas técnicas e administrativas estão estruturadas conforme preconiza o Regimento Interno das Superintendências do MAPA, tendo como Missão:

“Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira

Conforme já mencionado nos Relatórios de Gestão dos exercícios anteriores a SFA-TO/MAPA acompanha o Mapa Estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, que tem abrangência de 2006 a 2015.

Compete a SFA-TO desenvolver ações/atividades vinculadas com os seguintes objetivos que constam do Mapa Estratégico:

- Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos
- Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio.
- Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária
- Promover a Organização e a Integração das Cadeias Produtivas
- Desenvolver e reter competências do corpo funcional

Para atender os objetivos estratégicos a SFA-TO planeja e executa ações e ou atividades de acompanhamento/supervisão, inspeção e fiscalização, e as ações/atividades na área de fomento, vinculadas com as iniciativas, objetivos e programas estabelecidos no PPA 2012-2015:

Principais objetivos estratégicos na área da defesa agropecuária

Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.

Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.

Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.

Principais objetivos estratégicos na área do fomento ao agronegócio:

Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégico

Visando os objetivos estratégicos do MAPA e o PPA 2012-2015 a SFA-TO planeja suas ações de forma a contribuir com as metas e objetivos do Ministério da Agricultura, para isso, a

SFA-TO utiliza o Plano Operativo Anual – POA 2013, a onde consta todo o planejamento das atividades do ano.

Os Planos Operativos Anuais são elaborados pela SFA-TO e submetidos à aprovação das diversas diretorias e departamentos do MAPA, que analisam se as ações e atividades programadas estão de acordo com os objetivos, do PPA do Ministério da Agricultura.

Principais dificuldades encontradas no exercício.

Durante a execução dos POA 2013 a carência de recursos humanos e a restrição anual de diárias por servidor, representaram o maior risco ao cumprimento das metas, sendo necessária gestões da superintendência junto à SE, SDA e SDC do MAPA para autorizar as viagens dos servidores que ultrapassaram o limite de diárias estabelecido para o ano, minimizando, desta forma, os impactos sobre as ações programadas.

Em relação às principais dificuldades apontadas para a realização dos objetivos desta Unidade Gestora, podemos apontar a deficiência de servidores técnicos e administrativos e a própria infra-estrutura física da SFA/TO cujo espaço edificado continua insuficiente para abrigar adequadamente todas as áreas.

É oportuno destacar que os contingenciamentos de diárias e passagens foram os principais entraves no atingimento mais significativo das metas previstas para o ano de 2013.

Tendo em vista o fato de que a SFA/TO passou recentemente por auditoria da CGU, em 2013 o principal foco foi cumprir o Plano de Providências proposto para atendimento das recomendações, com o intuito de convergir para a excelência administrativa, observando o controle interno, segregação de funções, eficácia e eficiência das ações técnicas e administrativas. Contudo permanece como um dos pontos críticos para atingir tais propósitos a deficiência de pessoal que provavelmente será minimizada com o concurso público do MAPA para técnicos e administrativos, recentemente autorizado para o ano de 2014.

Indicadores da Divisão de Defesa Agropecuária

Taxa de efetividade da fiscalização de insumos agropecuários.

Objetivo do Indicador: Medir a efetividade do cumprimento dos Planos Operativo Anual do Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários (animal e vegetal).

Composição do Indicador:

$(N^{\circ} \text{ de fiscalizações realizadas de insumos agropecuários} / N^{\circ} \text{ de fiscalizações programadas} - \text{POA } 2013) \times 100$

Resultado: $(830/891) \times 100 = 93,15\%$

Taxa de efetividade da supervisão/fiscalização, na área animal, nos estabelecimentos sob Serviço de Inspeção Federal e no órgão estadual de defesa agropecuária.

Objetivo do Indicador:

Medir a efetividade do cumprimento dos Planos Operativos Anuais do Serviço de Inspeção e Saúde Animal.

Composição do Indicador:

(Nº. de supervisões/fiscalizações realizadas nos estabelecimentos com SIF e no órgão estadual de defesa agropecuária / Nº. de supervisões/fiscalizações programadas – POA 2013) x 100

Resultado: $(267/298) \times 100 = 89,59\%$

Taxa de efetividade da inspeção/supervisão/fiscalização, na área vegetal, nos estabelecimentos de produtos de origem vegetal e no órgão estadual de defesa agropecuária.

Objetivo do Indicador:

Medir a efetividade do cumprimento dos Planos Operativos Anuais do Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal.

Composição do Indicador:

(Nº. de inspeções/supervisões/fiscalizações realizadas nos estabelecimentos de produtos de origem vegetal e no órgão estadual de defesa agropecuária / Nº. de inspeções/supervisões/fiscalizações programadas – POA 2013) x 100

Resultado: $(92/107) \times 100 = 85,98\%$

Indicadores da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário.

Objetivo do indicador: Medir a efetividade do cumprimento das demandas da SDC/MAPA

Taxa de efetividade ao atendimento das demandas da SDC/MAPA

Composição do Indicador:

$((n^\circ \text{ de convênios acompanhados} + n^\circ \text{ execução de fiscalizações de contratos de repasse encaminhados pela SDC/MAPA} + n^\circ \text{ de fiscalizações de empresas aeroagrícolas}) / (n^\circ \text{ de solicitações de acompanhamento de convênio pela SDC/MAPA} + n^\circ \text{ de solicitações de fiscalização de contrato de repasse} + n^\circ \text{ de solicitação de fiscalização de empresas aeroagrícolas}) \times 100$

$= (5/5 \times 7/7 \times 8/12) \times 100 = 83\%$

2.2 - Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

2.2.1 Programa 2028: Defesa Agropecuária

2.2.3.2.1 – Ações/Subtítulos do Programa 2028

Quadro - A.2.2.3.2.1 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de vegetais, seus produtos e insumos

Identificação da Ação							
Código	20ZX.000J			Tipo: Atividade			
Descrição	Fiscalização de Atividades Agropecuárias: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.						
Iniciativa	04D4 – Fiscalização das Atividades Agropecuárias						
Objetivo	0366 – Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Código: 0366						
Programa	2028 – Defesa Agropecuária Código: 2028			Tipo: Atividade			
Unidade Orçamentária	130018 – SFA – TO						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
000J/TO	R\$ 20.604,00*	R\$ 3.258,36	R\$ 2.065,37	R\$ 2.065,37	R\$ 2.065,37	-----	-----
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
000J/TO	Fiscalização do Trânsito de Vegetais**	Partidas Inspeccionadas	7.776		19.715		
	Supervisão da fiscalização do trânsito interestadual e/ou do Processo de Certificação Fitossanitária.	Nº Supervisões Realizadas	10		02		
	Fiscalização “in loco” de Convênio	Nº Fiscalizações realizadas	04		00		
	Nº de participações em eventos internos (Participação no Encontro Nacional de Fitossanitaristas - ENFIT)	Participação em evento realizado (unidade)	01		00		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
000J/TO	-----	-----	-----	-----	-----	-----	

Fonte:

POA - 2013: Preenchido no Sistema SGI.

SIAFI - 31/12/2013

** Ações realizadas pela ADAPEC (Agência de defesa Agropecuária do Estado do Tocantins) e supervisionadas pelo SISV/DDA/SFA-TO.

Análise Situacional: Ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus produtos e Insumos

- **Cumprimento das metas:** não houve problemas de execução na fiscalização de partidas vegetais que são executadas pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins (ADAPEC), pois a meta foi totalmente alcançada, com índice superior a 100% de execução. No entanto, não foi possível ao SISV/DDA/SFA-TO realizar, na íntegra, a meta física referente às supervisões das ações de vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais (que são executadas pela ADAPEC) e/ou do processo de certificação fitossanitária, pelo fato desta ação (PI VIGIFITO1) contar com, apenas, 01 (um) FFA responsável, que responde, também, pela Chefia do Serviço (SISV/DDA/SFA-TO) e pela análise de viabilidade técnica de convênios entre o MAPA/SFA-TO e a ADAPEC. Com relação à meta física de fiscalização “*in loco*” de Convênio, as atividades foram executadas, exclusivamente, na ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais (conforme já descrito anteriormente), pelo fato de haver, apenas, 01 (um) Fiscal Federal Agropecuário responsável pela fiscalização “*in loco*” das metas físicas do Convênio e pelo fato deste mesmo fiscal responder por outras ações, além do mesmo ter excedido o limite de 40 diárias. Portanto, faz-se extremamente importante a disponibilidade de mais Fiscais Federais Agropecuários (FFA) para que os resultados possam ser plenamente alcançados, uma vez que a força de trabalho do SISV/DDA/SFA-TO conta, apenas, com 04 (quatro) FFA’s, que diante da diversidade e quantidade de ações/programas existentes no serviço mostra-se, sobremaneira, insuficiente. Com relação à participação em eventos, não houve a realização do Encontro Nacional de Fitossanitaristas (ENFIT). Diante de todo o exposto, isto ocasionou redução significativa dos recursos financeiros realizados em relação à dotação inicial prevista.
- **Superações significativas das metas estabelecidas:** a fiscalização do trânsito de vegetais foi superior a prevista, pois isto depende dos esforços realizados pela Agência de Defesa Agropecuária no Estado do Tocantins. Tal acréscimo pode ser devido ao fato de haver convênio em andamento (SICONV 771.223/2012), que pode ter contribuído no aumento do número de fiscalizações.
- **Restos a pagar:** não houve restos a pagar, conforme tabela acima.

Quadro - A.2.2.3.2.2 – Prevenção, Controle e Erradicação das pragas dos vegetais

Identificação da Ação							
Código	20ZW.0006			Tipo: Atividade			
Descrição	Promoção da Defesa Agropecuária: Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais						
Iniciativa	04BQ – Promoção da Defesa Agropecuária						
Objetivo	0366 – Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Código: 0366						
Programa	2028 – Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Atividade		
Unidade Orçamentária	130018 – SFA-TO						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0006/TO	R\$ 15.030,00*	R\$ 9.680,00	R\$ 8.594,32	R\$ 8.294,32	R\$ 8.294,32	-----	R\$ 300,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0006/TO	Fiscalização de Convênio e/ou Supervisão dos trabalhos de sanidade vegetal		Fiscalização e/ou Supervisão realizada	07	-----	09	
	Área prevenida, controlada e/ou erradicada**		ha	33.734	-----	45.503	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0006/TO	-----	-----	-----	-----	-----	-----	

Fonte:

POA- 2013-SGI/MAPA

SIAFI-12/2013

** Ações realizadas pela ADAPEC (Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins) e supervisionadas pelo SISV/DDA/SFA-TO (média mensal em hectares).

Análise Situacional:

- **Cumprimento das metas:** as metas físicas foram amplamente cumpridas. No entanto, visando otimizar o limite de diárias, no qual o Decreto N° 7.446/2011 definiu que cada servidor não poderia exceder o limite de quarenta diárias intercaladas por ano e, bem como, devido ao reduzido número de fiscais no serviço, houve a necessidade de reduzir o período de dias (duração) de cada supervisão/fiscalização, que foram realizadas de maneiras mais pontuais, o que ocasionou redução dos recursos financeiros realizados em relação à dotação inicial prevista.
- **Eventuais problemas de execução:** reduzido número de fiscais e limites impostos no número de diárias (conforme já exposto, em maiores detalhes, no item acima) que não possibilitaram atender o previamente planejado (fiscalizações mais abrangentes com maior período de duração em dias).

- **Superações significativas das metas estabelecidas:** a meta física foi ligeiramente superior ao previsto, em consequência da redução do período de dias (duração) de cada supervisão/fiscalização, que foram realizadas de maneiras mais pontuais, devido aos motivos expostos no item acima.
- **Restos a pagar:** houve, apenas, o valor de R\$ 300,00, visando ao pagamento de análises laboratoriais para identificação da praga *Helicoverpa armigera* (Lepidoptera: Noctuidae), pois o prestador de serviço emitiu a nota fiscal, somente, em fevereiro de 2014.

Quadro - A.2.2.3.2.3 – Erradicação da febre aftosa

Identificação da Ação							
Código	4842			Tipo: Atividade			
Descrição	Erradicação da Febre Aftosa						
Iniciativa	012I – Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais						
Objetivo	Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas, doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle Código: 0364						
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Atividade		
Unidade Orçamentária	130018 – SFA-TO						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4842-TO	22.000,00	15.587,19	15.587,19	15.587,19	15.587,19	0,00	0,00
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
4842-TO	Supervisionar Unidades veterinárias da ADAPEC	Supervisões realizadas	40	36	32		
4842-TO	Fiscalizar convênio plurianual	Fiscalizações Realizadas	20	20	15		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0,00	0,00	0,00			0,00	

Fonte: POA- 2013 - SGI/MAPA
SIAFI – 31/12/2013

Análise Situacional:

O SISA/DDA/SFA/TO realiza supervisões nas Unidades Veterinárias Locais da Agência de Defesa Agropecuária do estado do Tocantins, ADAPEC-TO, para avaliar as ações pertinentes ao Programa Nacional de Erradicação de Febre Aftosa - PNEFA e que são executadas por aquela agência. Essas supervisões avaliam se a ADAPEC-TO dá cumprimento, quanto aos aspectos técnicos, ao estabelecido na legislação federal do PNEFA. São supervisionadas durante esta ação, além das unidades veterinárias locais, as lojas agropecuárias, propriedades rurais e aglomerações de animais. A manutenção da condição sanitária na zona livre de febre aftosa reconhecida pela organização mundial de saúde animal (OIE) é um dos indicadores estabelecidos no PPA 2012-2015, outro

indicador estabelecido é aumentar os índices de atendimento a notificações dentro do prazo estabelecido, de 82% para 100%, sendo o cumprimento destes índices os objetivos finais das supervisões realizadas.

O índice de cumprimento das metas físicas da ação atingiu 83,93%, sendo realizadas quarenta e sete supervisões das cinquenta e seis planejadas inicialmente, no Plano Operativo Anual (POA) do SISA. O cumprimento de 100% da meta estabelecida foi prejudicado pelo fato do SISA dispor de apenas um Fiscal Federal Agropecuário responsável pela ação, e o mesmo realizar outras atividades além das estabelecidas pelo PNEFA.

A execução financeira atingiu 70,85% do planejado inicialmente, sendo que este número deveu-se, sobretudo ao não cumprimento de 100% da meta física.

Um dos objetivos (regionalizado) estabelecidos no PPA 2012-2015 pertinente ao PNEFA é de que todo o território estadual mantivesse o status de zona livre de febre aftosa com vacinação reconhecida pela OIE, este objetivo foi totalmente atingido.

Outro objetivo estabelecido no PPA 2012-2015 pertinente ao PNEFA é ampliar dos 82% para 100% o número de atendimentos nos prazos legais das suspeitas de síndromes Vesicular. Os atendimentos de suspeitas são realizados pela Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins – ADAPEC-TO. Durante o ano de 2013 foram notificadas seis suspeitas de enfermidade vesicular no estado, sendo que todas foram atendidas no prazo estabelecido de doze horas, portanto cumprindo o objetivo estabelecido no PPA.

O cumprimento de 83,93% das metas físicas, a manutenção do status de área livre de febre aftosa e o cumprimento dos prazos legais no atendimento a suspeitas, no exercício de 2013 foram ao encontro dos objetivos propostos no PPA 2012-2015.

Quadro - A.2.2.3.2.4 Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

Identificação da Ação							
Código	8688			Tipo: Atividade			
Descrição	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais. (DSA/SDA)						
Iniciativa	Código 012I – Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais						
Objetivo	Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livre de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle. Código: 0364						
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Atividade		
Unidade Orçamentária	Serviço de Inspeção e Saúde Animal – SISA/DDA/SFA/TO						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
000F – TO	62.000,00	47.534,20	47.534,20	46.979,03	46.979,03		555,17
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
000F – TO	Supervisões no órgão estadual de defesa sanitária animal, propriedades rurais, e estabelecimentos avícolas e médicos veterinários habilitados.	Supervisão Realizada	144	112	77,78%		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: POA- 2013 - SGI/MAPA
SIAFI – 31/12/2013

Análise Situacional:

A ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais, compreende os seguintes programas sanitários: Programa Nacional de Sanidade de Equídeos – PNSE, Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA, Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos – PNSS, Programa Nacional de controle da erradicação da brucelose e tuberculose – PNCEBT, Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros – PNCRH e são executados de forma descentralizada, pela Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins – ADAPEC-TO, contudo a coordenação e supervisão regional dos mesmos são realizadas por técnicos da Superintendência Federal de Agricultura, SFA-TO.

As atividades desenvolvidas pelo SISA, tem por finalidade, supervisionar as ações desenvolvidas pela ADAPEC-TO nas suas Unidades Veterinárias Locais, bem como propriedades rurais, estabelecimentos avícolas e médicos veterinários habilitados pelo SISA, para atender os programas nacionais PNSA e PNCEBT.

O objetivo estabelecido no PPA 2012-2015 pertinente a ação PCEANIMAL é ampliar de 82% para 100% o número de atendimentos nos prazos legais das suspeitas de doença Hemorrágica dos Suínos, Respiratória e Nervosa das Aves. Os atendimentos de suspeitas são realizados pela Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins – ADAPEC-TO. Durante o ano de 2013, foram notificadas 11 suspeitas dessas enfermidades no estado, sendo que 9 foram atendidas no prazo estabelecido de doze horas e duas fora do prazo o que resultou em um índice de conformidade de 81,8%, não alcançando a meta estabelecida.

Quanto às metas físicas, foram realizadas 112 supervisões, das cento e quarenta e quatro prevista no POA/SISA/DDA/SFA-TO, alcançando uma marca de 77,78%, índice prejudicado pelo contingenciamento do número de diárias por servidor, uma vez que no SISA/DDA/SFA-TO, possui em seu quadro funcional poucos servidores para atenderem a demanda solicitada, portanto o mesmo um servidor tem de atender a várias ações no decorrer do ano, sendo que o limite de 40 diárias/servidor/ano não foi suficiente, no segundo semestre de 2013, houve uma demora muito grande na liberação das concessões de diárias ficando os servidores do SISA sem poder viajar e fazer as supervisões conforme POA/2013, por mais de 02 meses, fato refletido no índice apresentado.

A execução financeira atingiu 76,66% do planejado inicialmente, este índice como observado, equivale ao índice alcançado na execução da meta física, que teve seu resultado prejudicado devido ao atraso nas concessões de aumento do número de diárias por servidor ano, conforme relatado.

O cumprimento de 77,78% das metas físicas e o cumprimento de 81,8% dos prazos legais no atendimento a suspeitas no exercício de 2013, ficaram a quem dos objetivos propostos no PPA 2012-2015, faz-se necessário um planejamento mais eficaz, contratando profissionais para atender a demanda, bem como agilidade no processo de liberação de diárias, uma vez que a maioria das ações do SISA/DDA/SFA ocorrem no campo.

Quadro - A.2.2.3.2.5 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

Identificação da Ação							
Código	2909			Tipo: Atividade			
Descrição	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins						
Iniciativa	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas						
Objetivo	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental Código: 0368						
Programa	Defesa Agropecuária			Código: 2028		Tipo: Projeto	
Unidade Orçamentária	Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG/DDA/SFA-TO						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
013E -Tocantins	10.000,00	9.394,00	7.760,70	7.760,70	7.710,70	-----	-----
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsão	Reprogramado (*)	Realizado		
013E -Tocantins	FISCALIZAÇÕES	Nº	4	2	1		
013E - Tocantins	TREINAMENTOS E REUNIÕES	Nº	2	2	2		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	

Fonte: POA- 2013 - SGI/MAPA
SIAFI – 31/12/2013

Análise Situacional:

A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução de fiscalizar a produção de agrotóxicos e denúncias do uso irregular, dessa forma, em nosso estado por não possuímos estabelecimentos produtores, a única fiscalização realizada foi na estação experimental com o uso de agrotóxicos e afins.

Neste ano, as fiscalizações deste Plano Operacional não contemplaram o objetivo esperado pelo serviço. Esclarecemos que não houve descentralização orçamentária de diárias, portanto a única fiscalização realizada foi em conjunto com o Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV, nas atividades do plano operacional FISCORGEN, sem nenhum recurso despendido.

Já na área de treinamento foram disponibilizados recursos, utilizados para custeio de despesas com viagem de um Inspetor Agropecuário Estadual da ADAPEC – Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins, para participação em do 12º Encontro de Fiscalização e Seminário sobre Agrotóxicos (11º ENFISA) e no Encontro Regional de Agrotóxicos.

Quadro - A.2.2.3.2.6 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

Identificação da Ação							
Código	2141			Tipo: Atividade			
Descrição	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes						
Iniciativa	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas						
Objetivo	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental Código: 0368						
Programa	Defesa Agropecuária			Código: 2028		Tipo: Projeto	
Unidade Orçamentária	Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG/DDA/SFA-TO						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
013E - Tocantins	56.819,00	36.136,50	27.343,36	27.343,36	27.343,36	-----	-----
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
013E - Tocantins	FISCALIZAÇÕES		Nº	208	186	144	
013E - Tocantins	TREINAMENTOS E REUNIÕES		Nº	02	01	01	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	

Fonte: POA – 2013 - SGI/MAPA
SIAFI – 31/12/2013

Análise Situacional:

O valor gasto com todas as ações do plano interno PI FISFECOI, foi de R\$ 27.343,36. Os recursos efetivamente demandados para a execução da meta 01 (fiscalizar fertilizantes e corretivos de agrícolas) foi de R\$ 21.110,50, então o custo por fiscalização (recurso gasto nas fiscalizações dividido pelo nº de fiscalizações realizadas) foi de R\$ 21.110,50 / 144 = R\$ 146,60.

Na execução da meta 02 foram gastos os valores de R\$ 6.232,86 com diárias e passagens aéreas para participação em treinamentos e reuniões fora do estado.

Quanto à execução física das metas, podemos afirmar que o desempenho foi satisfatório, uma vez que foram executadas 77,42% da meta física programada. O motivo do quantitativo a menor foi devido à orientação da Coordenação de Fertilizantes e Corretivos - CFIC/SDA/MAPA, para reduzir a fiscalização em estabelecimento comercial, comprometendo diretamente o índice de execução.

Quanto à meta financeira, os gastos foram da ordem de 75,67% da dotação final, que foi de R\$36.136,50, sendo utilizados R\$27.343,36. Justifica-se o baixo índice na execução financeira, pelo motivo que foi programado investimento de R\$ 8.000,00 para aquisição de material permanente, os quais não foram utilizados por falta de autorização do órgão central, por se tratar de equipamentos de informática.

Apesar do contingenciamento dos recursos, o Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG-TO e acatando a orientação da CFIC/SDA/MAPA, adequou suas metas e direcionou a

fiscalização, principalmente nos estabelecimentos produtores e em estabelecimentos comerciais com grandes volumes comercializados.

É importante ressaltar que para um melhor atendimento aos objetivos propostos neste plano interno, seria necessário um incremento expressivo no número de Fiscais Federais Agropecuários para atuarem na área de fertilizantes e corretivos, pois atualmente, somente um único fiscal planeja e executa todas as atividades da área.

Quadro- A.2.2.3.2.7 – Fiscalização de Sementes e Mudanças

Identificação da Ação							
Código	2179			Tipo: Atividade			
Descrição	Fiscalização de Sementes e Mudanças						
Iniciativa	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas						
Objetivo	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental Código: 0368						
Programa	Defesa Agropecuária			Código: 2028		Tipo: Projeto	
Unidade Orçamentária	Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG/DDA/SFA-TO						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
013E - Tocantins	75.000,00	56.586,00	45.280,12	45.280,12	45.280,12	-	-
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
013E - Tocantins	FISCALIZAÇÕES*	Nº	253	253	233		
013E - Tocantins	TREINAMENTOS E REUNIÕES	Nº	2	2	3		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: POA- 2013 - SGI/MAPA
SIAFI – 31/12/2013

Obs:* Envolve fiscalização de estabelecimentos, fiscalização de campos de sementes, áreas, viveiros e plantas e fiscalização de produto (coleta de amostras).

As metas físicas previstas foram executadas a contento, atingindo resultados superiores a 90% do número de fiscalizações programadas.

O custo por fiscalização = recurso gasto nas fiscalizações dividido pelo nº de fiscalizações realizadas, ou seja, R\$ 22.302,49/ 233 = R\$ 95,71.

No que se refere à EFICIENCIA, podemos afirmar que o desempenho da equipe foi satisfatório, uma vez que conseguiu cumprir 92,09% da meta física programada com gastos da ordem de 80,02% do programado, demonstrando a EFICÁCIA e, ao mesmo tempo, atendendo ao princípio constitucional da ECONOMICIDADE.

Análise Situacional:

A fiscalização de sementes e mudas contou apenas com um servidor em dedicação exclusiva e outro com cerca de 30% do tempo dedicado a fiscalização de mudas, para executar a programação. Entendemos que os resultados foram de grande relevância para os usuários de sementes e mudas, contribuindo desta forma para o alcance dos objetivos estratégicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cuja meta em 2015 é ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio. Podemos concluir que os trabalhos alcançaram o seu objetivo de levar benefícios à sociedade como um todo.

Como realização extra, o Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG/DDA/SFA-TO, através do projeto atividade Sementes e Mudanças, juntamente com a Comissão de Sementes e Mudanças do Tocantins – CSM-TO, realizou o I Encontro das Comissões de Sementes e Mudanças das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com a participação de cerca de 250 pessoas, entre produtores, técnicos, fiscais agropecuários, pesquisadores, professores, acadêmicos e responsáveis técnicos, com palestras técnicas e dia de campo.

Esclarecemos ainda, que houve a programação orçamentária na modalidade investimento de R\$ 10.000,00 para aquisição de material permanente, que não foram utilizados por falta de autorização do órgão central, por tratar-se de equipamentos e materiais de informática.

Para melhor atendimento aos objetivos propostos neste plano interno, faz-se necessário mais fiscais para atuarem na área.

Quadro A.2.2.3.2.8 – Fiscalização de Material Genético Animal

Identificação da Ação							
Código	2019		Tipo: Atividade				
Descrição	Fiscalização de Material Genético Animal						
Iniciativa	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários						
Objetivo	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental Código: 0368						
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028 Tipo: Projeto				
Unidade Orçamentária	Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG/DDA/SFA-TO						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
013F – Tocantins	5.686,99	909,00	2.290,59	1.381,59	1.381,59	-----	-----
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsão	Reprogramado (*)	Realizado	
013F – Tocantins	FISCALIZAÇÕES		Nº	08	----	3	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	

Fonte: POA- 2013 - SGI/MAPA
SIAFI – 31/12/2013

Análise Situacional:

As fiscalizações deste Plano Operacional foram realizadas ao longo do ano de 2013. Foram realizadas 03 fiscalizações de estabelecimentos, sendo 02 delas para obtenção de registro junto ao MAPA.

O valor gasto com todas as ações do plano interno PI FISCGENE e efetivamente demandados para a execução da meta 01 (fiscalizar estabelecimentos que comercializam e/ou produzem material de multiplicação animal) foi de R\$ 1.381,59, então, o custo por fiscalização (recurso gasto nas fiscalizações dividido pelo nº de fiscalizações realizadas) foi de R\$ 1.381,59 / 3 = R\$ 460,53. O alto custo da fiscalização se deve a dois fatores:

Primeiro: Foi utilizado recurso do PI para aquisição de combustível, que não foi para uso nas atividades deste PI e sem o conhecimento do responsável pelo mesmo.

Segundo: Devido às características dessas fiscalizações, que são, em sua maioria, realizadas em estabelecimentos de multiplicação animal, em que se faz necessário respeitar um período de 72 horas entre um estabelecimento e outro para evitar disseminação de doenças, obrigando, portanto, que a cada viagem se fiscalize apenas um estabelecimento por vez.

No que se refere à EFICIENCIA, podemos afirmar que o desempenho não foi satisfatório, uma vez que não conseguiu cumprir 100,00% da meta física programada.

Não conseguimos atingir a meta, pois os recursos não foram disponibilizados em sua totalidade e não foram disponibilizados no tempo solicitado, havendo atrasos e solicitações de devolução dos recursos já disponibilizados. A sobra de recursos ao fim do exercício, se deve tanto ao fato de os mesmos terem sido disponibilizados com atraso, chegando quando os FFA's que atuam neste PI já tinham realizado programações em outros PI's, quanto à falta de FFA's disponíveis para viagens em 2013, pois havia apenas 01 FFA's disponível para viajar em 2013. Além disso, a coordenação do PI enviou mensagens de que o recurso deveria ser devolvido e não utilizado.

Quadro A.2.2.3.2.9 – Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal

Identificação da Ação							
Código	2124			Tipo: Atividade			
Descrição	Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal (DFIP/SDA)						
Iniciativa	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários						
Objetivo	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental Código: 0368						
Programa	Defesa Agropecuária			Código: 2028		Tipo: Projeto	
Unidade Orçamentária	Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG/DDA/SFA-TO						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
013F - Tocantins	150.000,00	38.057,12	21.006,20	21.006,20	21.006,20	-----	-----
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
013F - Tocantins	FISCALIZAÇÕES	Nº	137	141	172		
013F - Tocantins	COLETA DE AMOSTRAS REALIZADAS	Nº	245	241	235		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	

Fonte: -POA- 2013: -SGI/MAPA
SIAFI – 31/ 12/2013

Obs:* O valor da meta financeira, prevista e realizada, usado no cálculo de fiscalizações compreende as coletas de amostras, denúncias, auditorias e fiscalizações de rotina; portanto, corresponde ao somatório do custo de toda ação realizada no ano de 2013.

Análise Situacional:

Inicialmente, esclarecemos que a grande diferença entre os valores da Dotação Inicial e Final deve-se ao fato de que em 2012 foi solicitado recurso para aquisição de um (01) veículo tipo pick-up. No entanto, o recurso foi disponibilizado somente para a programação de 2013, mas na modalidade de custeio e não investimento. Assim, não foi possível programar a utilização do mesmo.

O valor gasto com todas as ações do plano interno: PI-FISCINAN, foi de R\$ 21.006,20. Esse montante foi efetivamente gasto para execução das metas, sendo utilizado para o pagamento de diárias, combustível e material de consumo. O custo de cada fiscalização pode ser obtido através da divisão do valor total gasto pelo número de fiscalizações realizadas ($R\$ 21.006,20/172 = R\$ 122,13$). Assim, constatamos que o custo de fiscalização foi inferior ao do ano de 2012 (R\$ 130,94), atendendo ao princípio constitucional da ECONOMICIDADE.

Quanto a EFICIÊNCIA podemos afirmar que o desempenho foi muito bom, uma vez que o número de fiscalizações realizadas superou em 22% a meta física programada e com gastos da ordem de somente 55,20% do valor programado, demonstrando a EFICÁCIA. Esse resultado deve-se ao fato de que houve a transferência de um servidor para o setor, o que possibilitou aumentar o número de fiscalizações realizadas. Foram coletadas 97,5% das amostras programadas. Não foram coletadas mais amostras devido à indisponibilidade de produtos nos estabelecimentos fiscalizados.

Entendemos que os resultados apresentados foram de grande relevância para os usuários de alimentos para alimentação animal contribuindo desta forma para o alcance dos objetivos estratégicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cuja meta em 2015 é ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio.

Quadro A.2.2.3.2.10 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

Identificação da Ação							
Código	2140			Tipo: Atividade			
Descrição	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário						
Iniciativa	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários						
Objetivo	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental. Código: 0368						
Programa	Defesa Agropecuária			Código: 2028		Tipo: Projeto	
Unidade Orçamentária	Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG/DDA/SFA-TO						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
013F – Tocantins	39.237,08	9.264,00	8.852,78	6.926,78	6.926,78	-----	-----
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
013F – Tocantins	FISCALIZAÇÕES		Nº	440	00	63	
013F – Tocantins	TREINAMENTOS E REUNIÕES		Nº	01	00	00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	

Fonte: POA – 2013 - SGI/MAPA
SIAFI – 31/12/2013

Análise Situacional:

O corte orçamentário no PI e o deslocamento do único fiscal exclusivo na área para atividades extras inclusive auditoria no exterior no interesse da administração, não permitiu o cumprimento da meta estabelecida, o que prejudicou o consumidor de produtos veterinários já que o fato impediu a apreensão de produtos irregulares e a autuação a estabelecimentos que não estivessem em conformidade com a legislação. Avaliando a questão da conformidade dos estabelecimentos e conseqüentemente dos produtos oferecidos aos consumidores, observamos que as porcentagens de

estabelecimentos não conformes que sofreram um decréscimo possivelmente como consequência ao início do julgamento dos processos contra os responsáveis técnicos pelos estabelecimentos atuados em anos anteriores pelo CRMV/TO dos processos encaminhados pela SFA/TO e o efeito educador geraram em toda a sociedade veterinária grande comoção. Em função da diminuição do número de estabelecimentos fiscalizados pelo contingenciamento de recursos nos últimos anos 2011, 2012 e 2013 conforme mostra a tabela abaixo. O custo proposto no POA 2014 para cada fiscalização era de R\$ 89,17 sendo que o realizado teve um custo de R\$ 83,60 por fiscalização, quanto aos resultados alcançados para a sociedade podemos observar que as ações desenvolvidas pelo programa no Estado do Tocantins estão trazendo melhorias na qualidade dos produtos veterinários oferecidos no comércio, pois tivemos uma redução no período monitorado de 1097,32% de estabelecimentos com não conformidades. A restrição orçamentária nos últimos três anos não tem possibilitado a execução das atividades conforme o planejamento inicial, assim no critério eficiência não tem trazido os resultados esperados, no ano analisado observamos um contingenciamento de 76% do previsto inicialmente. Quanto ao critério treinamento podemos observar sua completa ausência no ano assim comprometendo a expectativa.

ANO	Nº DE ESTAB. FISCALIZADOS	Nº DE ESTABELECIMENTOS NÃO CONFORMES	% ESTABELECIMENTOS NÃO CONFORMES
2007	23	16	69,57%
2008	66	23	34,85%
2009	172	68	39,53%
2010	277	91	32,85%
2011	58	11	18,96%
2012	115	21	18,26%
2013	63	04	6,34%

Quadro - A.2.2.3.2.11 Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados

Identificação da Ação							
Código	20ZX.000D			Tipo: Atividade			
Descrição	Fiscalização de Atividades Agropecuárias: Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados						
Iniciativa	04D4 – Fiscalização das Atividades Agropecuárias						
Objetivo	0366 – Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Código: 0366						
Programa	2028 – Defesa Agropecuária			Código: 2028		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	130018 – SFA-TO						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
000D/TO	R\$ 32.914,70*	R\$ 25.968,94	R\$ 25.644,53	R\$ 25.317,29	R\$ 25.317,29	-----	R\$ 327,24
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
000D/TO	Fiscalização das Atividades com OGM (nº)	Unid.	40	-----	42		
	Nº de participações em eventos externos e internos (reuniões técnicas/treinamento/capacitações)	Unid.	06	-----	05		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
000D/TO	-----	-----	-----	-----	-----	-----	

Fonte: POA – 2013 - SGI/MAPA
SIAFI 31/12/13

Quadro- A.2.2.3.2.12 – Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Animal

Identificação da Ação							
Código	0278			Tipo: Atividade			
Descrição	Inspeção e Fiscalização de produtos de Origem Animal (DIPOA/SDA)						
Iniciativa	Inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal						
Objetivo	Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando à oferta de alimentos seguros						
Programa	DEFESA AGROPECUÁRIA			Código: 0 570		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	130018 – Superintendência Federal de Agricultura no Tocantins – SFA-TO						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0278 - TO	R\$ 110.000,00	R\$ 87.930,35	R\$ 87.930,35	R\$ 86.604,83	R\$ 86.604,83	R\$ 1.327,52	
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0278 - TO	Fiscalização/supervisão em estabelecimentos de produtos de origem animal		Unidade	181	149	111	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0,00	0,00	0,00	0	0	0	

Fonte: *POA – 2013 - SGI/MAPA
SIAFI – 31/12/2013

Análise Situacional:

A quantidade de metas físicas realizadas em função do número de ações programadas, que representa todo o esforço do Serviço para atingir o desempenho esperado, obteve um desempenho parcialmente satisfatório. Tal fato decorre do contingenciamento proposto ao serviço bem como o limitante de 40 diárias por servidor com o **Decreto nº 7.689, de 02 de março de 2012** que limitou as viagens dos servidores durante os meses de julho, agosto e setembro.

Neste exercício o Índice de conformidade de produtos de origem animal (0,7 * (nº relatórios de auditoria e supervisão conformes/nº total relatórios de auditoria e supervisão) + 0,3 * (nº de amostras de produtos em conformidade/total de amostras analisadas) obteve-se o seguinte resultado: 0,8850 o que em percentual seria de 88,50%. Resultou em impactos positivos na conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal, o índice realizado ficou acima da meta nacional em 12,50%.

Um dos objetivos a nível nacional estabelecidos no PPA 2012-2015 pertinente a Inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal, é ampliar de 76% para 90% a conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal, e este objetivo foi totalmente atingido.

A diferença entre as quantidades programadas e realizadas deve-se a paralisação temporária de atividades em empresas fiscalizadas, reduzindo o número de supervisões e fiscalizações, bem como o contingenciamento já acima descrito. Nas metas Treinamentos de servidores/qualificação e Reuniões técnicas, em razão de contingenciamento de recursos e priorização de supervisões e fiscalizações, foi feita uma correção da previsão ao longo exercício, com a finalidade de minimizar o impacto sobre a qualidade dos serviços prestados.

A maior parte das ações previstas teve bom desempenho nas quantidades e qualidades previstas nas normas e orientações do MAPA. Em virtude destes resultados, pode-se afirmar que os consumidores têm consumido produtos de origem animal de melhor qualidade e confiabilidade e o trabalho da inspeção/fiscalização durante supervisões/inspeções, tem atingido seus objetivos.

Outras ações influenciam no resultado obtido conforme indicador previsto no PPA 2012-2015. Estas correspondem a coleta de amostras, apoio técnico e deslocamento ao SISA-TO, participação em capacitações e treinamentos, bem como acompanhamentos “in loco” de SIF’s. Para estas e outras ações foram despendidos um total um total de R\$ 28.700,00

Quadro- A.2.2.3.2.13 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal.

Identificação da Ação							
Código	20ZX.000H			Tipo: Atividade			
Descrição	Fiscalização de Atividades Agropecuárias: Inspeção e Fiscalização de produtos de Origem Vegetal.						
Iniciativa	04D4 – Fiscalização das Atividades Agropecuárias						
Objetivo	0366 – Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Código: 0366						
Programa	2028 – Defesa Agropecuária			Código: 2028		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	130018 – SFA-TO						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
000H/TO	R\$ 25.000,00*	R\$ 8.647,85	R\$ 6.598,77	R\$ 6.598,77	R\$ 6.598,77	-----	-----
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
000H/TO	Fiscalização/Inspeção em estabelecimentos produtores	Nº inspeções/fiscalizações realizadas (unid.)	50	-----	35		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
000H/TO	-----	-----	-----	-----	-----	-----	

Fonte: *POA= Plano Operativo Anual 2013: preenchido no Sistema SGI.

Análise Situacional:

- **Cumprimento das metas:** observa-se, que as metas estabelecidas pelo CGVB para o POA 2013 não foram alcançadas na íntegra, especificamente, realizou-se 70% das metas programadas para o exercício. Porém, ao contabilizar 35 inspeções realizadas, em um universo de 24 empresas registradas, conota-se que todas as empresas foram inspecionadas

pelo menos uma vez, o que caracteriza uma presença constante da equipe de fiscalização de bebidas nos estabelecimentos industriais. Os resultados analíticos das amostras de controle, realizadas pelo LANAGRO, indicam que os produtos estão sendo elaborados conforme preconiza a legislação pertinente, exceto para três casos do produto denominado cachaça de alambique, que se apresentaram fora dos padrões de identidade e qualidade previstos pelo MAPA.

Quadro- A.2.2.3.2.14 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

Identificação da Ação							
Código	20ZX.000E			Tipo: Atividade			
Descrição	Fiscalização de Atividades Agropecuárias: Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais						
Iniciativa	04D4 – Fiscalização das Atividades Agropecuárias						
Objetivo	0366 – Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Código: 0366						
Programa	2028 – Defesa Agropecuária			Código: 2028		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	130018 – SFA-TO						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
000E/TO	R\$ 16.000,00*	R\$ 15.018,50	R\$ 12.493,72	R\$ 12.273,72	R\$ 12.273,72	-----	R\$ 220,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
000E/TO	Fiscalização em estabelecimentos classificadores / embaladores / comerciais	Unid.	50	-----	38		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
000E/TO	-----	-----	-----	-----	-----	-----	

Fonte: POA – 013 - SGI.

Análise Situacional:

- **Cumprimento das metas:** como é do conhecimento da CGQV e DIPOV, as ações relacionadas à *Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais*, no SISV/DDA/SFA-TO, estão prejudicadas por falta de FFA. Conforme já foi explicitado em relatórios anteriores, o mesmo FFA responsável pelo PI IPVEGETAL13 (área de bebidas), responde também pela área do PI PADCLASSI13 (área de classificação). Não obstante, foram realizados 76% da meta física estabelecida pela CGQV para o POA 2013. Conforme registros em Relatório de Gestão anteriores, que se considere todo o exposto, bem

como as gestões feitas anteriormente sobre as reais condições da força de trabalho do SISV-TO para as futuras programações. Caso contrário os resultados serão aquém do programado, pois a programação sempre será acima da capacidade operacional do serviço.

- **Eventuais problemas de execução:** reduzido número de fiscais, conforme já exposto no item acima em maiores detalhes, o que obsteu o cumprimento da meta física na íntegra.
- **Restos a pagar:** houve, apenas, o valor de R\$ 220,00, referente ao pagamento com gastos de combustível, realizados no mês de dezembro de 2013.

Quadro- A.2.2.3.2.15 – Fiscalização de Serviços Agrícolas Aviação Agrícola

Identificação da Ação							
Código	20ZX			Tipo: atividade			
Descrição	Fiscalização de Serviços Agrícolas Aviação Agrícola						
Iniciativa	Fiscalização de Atividades Agropecuárias						
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Código: 0366						
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização			Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização Código: 2014			
Unidade Orçamentária	SDC/MAPA						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	-	-	4.631,49	4.631,49	4.631,49	-	-
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0001	Fiscalização realizada (aviação agrícola)	un	8	-	8		
0001	Participação em treinamento SIPEAGRO em Brasília	un	-	-	1		

Fonte: POA – 2013 - SGI/MAPA
SIAFI – 31/12/2013
SeSAG/DIPDAG/SFA-TO

Análise Situacional:

A ação 2177 não é regionalizada. As despesas são descentralizadas a SFA-TO conforme a demanda dos serviços, sendo a dotação orçamentária da ação coordenada pela SDC/MAPA.

Foram fiscalizadas, no ano de 2013, 8 empresas aeroagrícolas, gerando 8 termos de fiscalizações

2.2.2 – Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

2.2.3.2.2 – Ações/Subtítulos do Programa 2014.

Quadro - A.2.2.3.2.16 – Fiscalização de Contratos de Repasse

Identificação da Ação							
Código	2B17					Tipo: atividade	
Descrição	Fiscalização de Contratos de Repasse						
Iniciativa	Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário						
Objetivo	Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.					Código: 0747	
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização					Código: 2014	Tipo:
Unidade Orçamentária	SDC/MAPA						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	-	-	15.804,16	15.804,16	15.804,16	-	-
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
-	Fiscalização de contrato de repasse	un	-	-	26		
-	Treinamento das DPDAG's sobre sistema de gestão de convênios e contratos de repasse.	un	-	-	1		

Fonte: *POA= Plano Operativo Anual 2013: preenchido no Sistema SGI/MAPA
SIAFI – 31/12/2013
SeSAG/DIPDAG/SFA-TO

Análise Situacional:

A ação 2B17 não é regionalizada. As despesas são descentralizadas a SFA-TO conforme a demanda dos serviços, sendo a dotação orçamentária da ação coordenada pela SDC/MAPA.

O DIEL/SDC/MAPA encaminhou à SFA-TO lista contendo 23 contratos de repasse a serem fiscalizados no exercício de 2013. Além da fiscalização dos 23 contratos de repasse encaminhados pelo DIEL/SDC/MAPA, a DPDAG/SFA-TO fiscalizou outros 3 contratos de repasse com objetivo de atender Ofício nº 1185/2013/PR-TO/GAB/2ºODPPS e demandas relativas a denúncias, gerando, em 2013, 26 relatórios de fiscalização de contrato de repasse.

Quadro - A.2.2.3.2.17 – Promoção e Imagem dos Produtos Agropecuários Brasileiros no Exterior- AGROEX

Identificação da Ação							
Código	8548		Tipo: atividade				
Descrição	Promoção e Imagem dos Produtos Agropecuários Brasileiros no Exterior						
Iniciativa	Promoção e Imagem do Setor Agropecuário Brasileiro no Exterior						
Objetivo	Ampliar, diversificar e consolidar as exportações de produtos agropecuários brasileiros, visando a geração de divisas, empregos e renda. Código: 692						
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização		Código: 2014		Tipo:		
Unidade Orçamentária	SRI/MAPA						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	-	-	2.284,43	2.263,90	2.263,90	-	-
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
-	Preparação, Promoção, e divulgação do 57ª AGROEX em Gurupi – TO.	Evento realizado	1	-	1		

Fonte: *POA= Plano Operativo Anual 2013; preenchido no Sistema SGI/MAPA
SIAFI – 31/12/2013
SeSAG/DIPDAG/SFA-TO

Análise Situacional:

A ação 8548 não é regionalizada. As despesas são descentralizadas a SFA-TO conforme a demanda dos serviços, sendo a dotação orçamentária da ação coordenada pela SRI/MAPA.

Os recursos foram disponibilizados, pela SRI/MAPA, para pagamento de diárias e combustíveis, com objetivo de apoiar a realização do evento 57º. AGROEX - Seminário do Agronegócio para Exportação, realizado pelo MAPA em Gurupi – TO no dia 22/11/2013, com a participação de mais de 200 pessoas.

Quadro - A.2.2.3.2.18 – Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Cadeias Produtivas Agrícolas

Identificação da Ação							
Código	8591						Tipo: atividade
Descrição	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Cadeias Produtivas Agrícolas						
Iniciativa	Promoção da sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias						
Objetivo	Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda						Código: 0744
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização				Código: 2014	Tipo:	
Unidade Orçamentária	SDC/MAPA						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0006	-	-	7.932,56	7.932,56	7.932,56	-	-
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0006	Visitas técnicas para acompanhamento e assessoramento das atividades de produção integrada de frutas	un	-	-	45		
0006	Publicação de Portaria da Comissão da Produção Integrada Agropecuária do Estado do Tocantins	un	-	-	1		
0006	Apoio, organização e realização de eventos sobre Produção Integrada de frutas.	un	-	-	7		

Fonte: *POA= Plano Operativo Anual 2013: preenchido no Sistema SGI/MAPA
SIAFI – 31/12/2013
SeSAG/DIPDAG/SFA-TO

Análise Situacional:

A ação 8591 não é regionalizada. As despesas são descentralizadas a SFA-TO conforme a demanda dos serviços, sendo a dotação orçamentária da ação coordenada pela SDC/MAPA.

As ações de acompanhamento, assessoramento e monitoramento do Projeto de Produção Integrada de Frutas no Estado do Tocantins são coordenadas pela Embrapa/Mandioca e Fruticultura, e executadas pela SEAGRO e acompanhadas pela SFA-TO.

As atividades de acompanhamento e assessoramento da produção integrada de frutas compreendem: visitas técnicas, palestras com grupos de produtores, dias de campo e capacitação e treinamento de técnicos extensionistas.

No ano de 2013, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 27/2010, foi constituída a Comissão da Produção Integrada Agropecuária do Estado do Tocantins formalizada por meio da Portaria nº 15 de 02/04/2013, publicada no DOU de 03/04/2013, seção 2.

Dentre os eventos apoiados, tiveram destaque: o Dia de Campo sobre Cultura do Abacaxi, com cerca de 200 participantes, e o V Simpósio sobre a Cultura do Abacaxi, com cerca de 500 participantes entre técnicos, produtores, pesquisadores, professores e acadêmicos de ciências agrárias.

Quadro - A.2.2.3.2.19 – Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono

Identificação da Ação							
Código	8593		Tipo: atividade				
Descrição	Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono						
Iniciativa	Promoção da substituição da agricultura tradicional por outra de base sustentável, conservacionista, tecnicada, de baixa emissão de gases de efeito estufa e elevada fixação de carbono no solo e nas plantas (Plano ABC).						
Objetivo	Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários. (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).					Código: 0743	
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização		Código: 2014 Tipo:				
Unidade Orçamentária	SDC/MAPA						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	-	-	9.530,94	9.530,94	9.530,94	-	-
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0001	Participação em eventos com objetivo de apresentar e promover o Plano ABC.	un	-	-	10		
0001	Participação da 1ª reunião regional sobre o plano ABC / Região Norte, realizada pelo DEPROS.	un	-	-	1		

Fonte: *POA= Plano Operativo Anual 2013: preenchido no Sistema SGI/MAPA
SIAFI – 31/12/2013
SeSAG/DIPDAG/SFA-TO

Análise Situacional:

A ação 8593 não é regionalizada. As despesas são descentralizadas a SFA-TO conforme a demanda dos serviços, sendo a dotação orçamentária da ação coordenada pela SDC/MAPA.

As ações do Plano ABC são coordenadas pelo grupo gestor do Plano ABC do estado do Tocantins. No ano de 2013 a SFA-TO participou de reuniões técnicas, dias de campo e seminários com objetivo de promover o Plano ABC e apresentar as formas de apoio do MAPA para o desenvolvimento das atividades relacionadas à agricultura de baixa emissão de carbono.

Participou-se também da 1ª região regional sobre plano ABC / Região Norte, realizada em Manaus – AM, onde foram apresentadas as diretrizes gerais do Plano ABC Nacional e cada estado participante apresentou a sua proposta e as ações já realizadas ligadas ao Plano de ABC.

Quadro - A.2.2.3.2.20 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias

Identificação da Ação							
Código	8598			Tipo: atividade			
Descrição	Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias						
Iniciativa	Promoção da sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias						
Objetivo	Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda					Código: 0744	
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização			Código: 2014		Tipo:	
Unidade Orçamentária	SDC/MAPA						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0008	-	-	5.682,44	5.682,44	5.682,44	-	-
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0008	Participação de workshop internacional de bem estar animal.	un	-	-	1		
0008	Apoio e participação na capacitação continuada em piscicultura de água doce.	un	-	-	1		

Fonte: *POA= Plano Operativo Anual 2013: preenchido no Sistema SGI/MAPA
SIAFI – 31/12/2013
SeSAG/DIPDAG/SFA-TO

Análise Situacional:

A ação 8598 não é regionalizada. As despesas são descentralizadas a SFA-TO conforme a demanda dos serviços, sendo dotação orçamentária da ação coordenada pela SDC/MAPA.

As atividades relativas a esta ação resumiram-se na participação no workshop de bem estar animal, realizada no estado de São Paulo, e apoio e participação no 1º módulo da capacitação continuada em piscicultura de água doce, promovido pela EMBRAPA Pesca e Aqüicultura, realizado no município de Almas – TO.

Quadro - A.2.2.3.2.21 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica Pró-Orgânico

Identificação da Ação								
Código	8606						Tipo: atividade	
Descrição	Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico							
Iniciativa	Promoção do desenvolvimento da Agricultura Orgânica pelo aumento do acesso às tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização.							
Objetivo	Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.						Código: 0744	
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização						Código: 2014 Tipo:	
Unidade Orçamentária	SDC/MAPA							
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria							
Lei Orçamentária Anual – 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0002	-	-	1.583,63	1.583,63	1.583,63	-	-	
Execução Física da Ação – Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante					
			Previsto	Reprogramado	Realizado			
0002	Apoio a 9ª Semana dos Alimentos Orgânicos	un	1	-	1			

Fonte: *POA= Plano Operativo Anual 2013: preenchido no Sistema SGI/MAPA
SIAFI – 31/12/2013
SeSAG/DIPDAG/SFA-TO

Análise Situacional:

A ação 8606 não é regionalizada. As despesas são descentralizadas a SFA-TO conforme a demanda dos serviços, sendo a dotação orçamentária da ação coordenada pela SDC/MAPA.

As atividades que geraram despesas, nesta ação, consistiram no apoio à 9ª Semana dos Alimentos Orgânicos, cujo objetivo é fomentar a produção orgânica junto aos produtores familiares e divulgar os benefícios dos alimentos orgânicos aos consumidores.

Quadro - A.2.2.3.2.22 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Identificação da Ação								
Código	8611						Tipo: atividade	
Descrição	Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário							
Iniciativa	Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário							
Objetivo	Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas. Código: 0747							
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização						Código: 2014	Tipo:
Unidade Orçamentária	SDC/MAPA							
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria							
Lei Orçamentária Anual - 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
-	-	-	11.736,41	11.486,41	11.486,41	-	-	
Execução Física da Ação – Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante					
			Previsto	Reprogramado	Realizado			
-	Acompanhamento de convênios	un	-	-	18			
-	Participação em reunião entre DPDAG's e SDC/MAPA.	un	-	-	1			

Fonte: *POA= Plano Operativo Anual 2013: preenchido no Sistema SGI/MAPA
SIAFI – 31/12/2013
SeSAG/DIPDAG/SFA-TO

Análise Situacional:

A ação 8611 não é regionalizada. As despesas são descentralizadas a SFA-TO conforme a demanda dos serviços, sendo a dotação orçamentária da ação coordenada pela SDC/MAPA.

Os convênios são analisados e aprovados pela SDC/MAPA. Somente após toda a formalização do processo é que é solicitada à DPDAG/SFA-TO a indicação de um servidor para o acompanhamento *in loco* da execução física dos mesmos que podem ocorrer ao longo de todo o ano e em anos posteriores, conforme execução das metas dos convênios pelas convenientes.

Foram acompanhados cinco convênios, conforme designado em Portarias específicas publicadas no Boletim de Pessoal MAPA, sendo executadas 18 ações de acompanhamento *in loco* para comprovação da execução física dos mesmos.

2.2.3 - Programa 2105: Gestão e Manutenção do MAPA

2.2.3.2.3. – Ações/Subtítulos do Programa 2015

Quadro A.2.2.3.2.23 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas

Identificação da Ação						
Código	4716					
Descrição	Operação dos serviços administrativos das unidades descentralizadas.					
Unidade Responsável	Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Tocantins.					
Unidade Orçamentária	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
719.035,00	712.616,00	719.035,00	712.616,00		52.130,00	636.614,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: POA 2013
SIAFI 12/2013

Análise Situacional: O quadro A.2.2.3.2.23 Demonstra que a execução orçamentária dos recursos financeiros destinados a manutenção e serviços foram suficientes para atender às necessidades da SFA-TO, no que concerne ao apoio às ações finalísticas do órgão, contribuindo de forma decisiva ao alcance das metas das ações programadas pelas áreas fim. Com relação às metas do serviço propriamente dito é oportuno esclarecer que os serviços administrativos operam por demanda desta e das demais áreas. Os restos a pagar não processados são de despesas realizadas em dezembro/13 com liquidação em janeiro/14.

2.3 - Informações sobre outros Resultados da Gestão.

- Participação da SFA/TO na AGROTINS em maio de 2013 no estande do MAPA, dando continuidade as atividades iniciadas em 2012, foram realizadas reuniões e palestras e mini cursos, com o objetivo de orientar os Agentes Econômicos do Agronegócio do Tocantins com relação ao trabalho que a SFA/TO presta para a sociedade e também fornecer orientações técnicas sobre instruções normativas e demais normas técnicas que afetam os diversos segmentos do setor agropecuário.
- Apoio, acompanhamento e assessoramento nas atividades de desenvolvimento do Projeto de Produção Integrada de Frutas no TO.

- Promoção em parceria com a SEAGRO/TO do dia de campo sobre a cultura do abacaxi, com a participação de 216 pessoas, e do V Simpósio Brasileiro da Cultura do Abacaxi, com 604 inscritos e participação de mais de 500 pessoas, entre técnicos, professores, pesquisadores e acadêmicos de ciências agrárias.
- Participação nas campanhas de vacinação contra a febre aftosa com o objetivo de ressaltar a importância de o Estado manter o esforço para a consolidação do seu status sanitário.
- Reuniões com os diversos parceiros do agronegócio do Estado para a divulgação das normas do MAPA.
- Diversas palestras de capacitação e divulgação de instruções normativas para profissionais das áreas de Entrepósitos de Pescado, Laticínios, Sementes e Mudas, Frigoríficos de carnes, etc.
- Orientações para a Agência de Defesa Agropecuária com vistas às supervisões técnicas e melhoria do Serviço de Defesa Agropecuária do Estado.
- Realização do 57º AGROEX – Seminário do Agronegócio para Exportação em Gurupi, em novembro/2013, com participação de cerca de 400 agentes, produtores, técnicos, exportadores, industriais, etc.
- Os programas e projetos para o exercício 2013 envolveram fortemente atividades junto a Agência de Defesa Agropecuária do Estado no sentido de manter o status sanitário do Estado do Tocantins, como livre de febre aftosa com vacinação e ajustar as não conformidades do sistema. Nesse contexto, priorizou-se a habilitação do Tocantins para exportação de carne bovina para União Européia e Rússia, processos que estão em pleno curso e que podem ser concluídos favoravelmente, em 2014..
- Participação no 2º Congresso Florestal do Tocantins.
- Participação na Câmara Técnica de Biodiversidade e Sustentabilidade Ambiental.

3 – Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1 – Controles Internos Administrativos da UJ

Quadro - A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de		X			

benefícios que possam derivar de sua aplicação.					
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
<p>Análise Crítica:</p> <p>A partir do ano de 2012, após supervisão da CGU, Superintendência Federal da Agricultura no Estado do Tocantins vem buscado melhorar sua Estrutura de Controles Internos, contudo ainda temos um longo caminho a percorrer. No ano de 2013 já da para perceber algumas melhorias.</p> <p>Com relação ao ambiente de controle as principais carências ainda recaem no envolvimento dos Servidores sobre a importância dos instrumentos. A Superintendência não implantou um código de ética específico, vale-se somente dos instrumentos do próprio MAPA.</p> <p>O número de servidores ficou ainda menor do em 2012, principalmente nas áreas administrativas. As perspectivas de melhoria ainda são remotas. Assim é quase impossível a segregação de funções, o que de certo modo dificulta a implantação de controles internos mais eficazes.</p> <p>Nos aspectos relativos à Avaliação de Riscos, Procedimentos de Controle e Informação e Comunicação é que a SFA-TO ainda apresenta maior grau de dificuldade não só em virtude do reduzido quadro de pessoal, mas também, em função da informalidade das relações, da falta de capacitação do pessoal administrativo e da própria cultura organizacional</p>					

Fonte: SFA-TO

4 Tópicos Especiais da Execução Orçamentária Financeira

4.1 Execução das Despesas

4.1.1 Programação

Quadro - A.4.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária :130018		Código UO:22000		UGO:130018		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes				
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes		
DOTAÇÃO INICIAL		-	-	680.000,00		
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-		
	Especiais	Abertos	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	
Créditos Cancelados		-	-	-		
Outras Operações		-	-	-		
Dotação final 2013 (A)		-	-	699.983,48		
Dotação final 2012(B)		-	-	719.608,76		
Varição (B/A-1)*100		-	-	(2,80%)		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência	
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida		
DOTAÇÃO INICIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	
CRÉDITOS	Suplementares	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	
	Extraordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	
Créditos Cancelados		0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Operações		0,00	0,00	0,00	0,00	
Dotação final 2013 (A)		0,00	0,00	0,00	0,00	
Dotação final 2012(B)		56.550,00	0,00	0,00	0,00	
Varição (A/B-1)*100		(100)%	0,00	0,00	0,00	

Fonte: SFA-TO

Análise Crítica:

Não ocorreram alterações relevantes na programação orçamentária e financeira, que redundassem em prejuízo na execução das atividades de apoio realizadas pelos serviços administrativos da SFA-TO. Entretanto os recursos referentes às diárias, que sofreram contingenciamentos que, de certa forma, causaram prejuízos das ações de fiscalização programadas para o exercício de 2013, mesmo assim, não se deixou de fiscalizar as atividades das empresas tocantinenses sob a responsabilidade da Superintendência. Quanto ao elemento de despesas referente ao pessoal informamos que estes valores são contabilizados pela SEDE, portanto o elemento com maior dispêndio orçamentário e financeiro é de responsabilidade da Sede do MAPA, que é inclusive a responsável pelos valores lançados nos quadros

4.1.2 - Movimentação de Créditos de Movimentação Interna e Externa;

Quadro - A.4.1.2 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos		130018				699.983,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos		130018	Não se aplica			
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos		130018	Não se aplica			
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos		130018	Não se aplica			

Fonte: SIAFI 12- 2013

4.1.3 – Realização da Despesa

4.1.3.1 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários Total

Quadro - A.4.1.3.1– Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: SUP FED.AGRIC.NO ESTADO TOCANTINS		Código UO: 22000		UGO:130018	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	668.908,00	496.871,00	617.606,00	229.288,00	
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00	
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00	
d) Pregão	668.908,00	496.871,00	617.606,00	229.288,00	
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	
2. Contratações Diretas (h+i)	169.709,00	110.769,00	169.709,00	110.769,00	
h) Dispensa	150.072,00	57.169,00	150.072,00	57.169,00	
i) Inexigibilidade	19.637,00	53.600,00	19.637,00	20.489,00	
3. Regime de Execução Especial	3031,00	4.481,00	3.031,00	4.481,00	
j) Suprimento de Fundos	3.031,00	4.481,00	3.031,00	4.481,00	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	7.747.584,00	7.936.665,00	7.747.584,00	7.936.665,00	
k) Pagamento em Folha	7.740.395,00	7.914.370,00	7.740.395,00	7.914.370,00	
l) Diárias	7.189,00	22.295,00	7.189,00	22.295,00	
5. Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	
6. Total (1+2+3+4+5)	8.589.232,00	8.544.305,00	8.589.232,00	8.544.305,00	

Fonte: SIAFI 12/13

Quadro - A.4.1.3.2 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa– Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: SUP FED. AGRIC.NO ESTADO TOCANTINS					Código UO:22000		UGO: 130018	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Nome 1º elemento de despesa	7.740.395,00	7.914.370,00	7.740.395,00	7.914.370,00	0,00	0,00	7.740.395,00	7.914.370,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
3339014	7.188,00	20.530,00	7.188,00	20.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3339033	7.395,00	12.990,00	7.395,00	12.990,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3339037	435.637,00	353.785,00	435.637,00	353.785,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	249.763,00	292.898,00	249.763,00	292.898,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 12/13

4.1.3.2 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro - A.4.1.3.4 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	668.908,00	496.871,00	617.606,00	229.288,00
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	668.908,00	496.871,00	617.606,00	229.288,00
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	169.709,00	110.769,00	169.709,00	110.769,00
h) Dispensa	150.072,00	57.169,00	150.072,00	57.169,00
i) Inexigibilidade	19.637,00	53.600,00	19.637,00	20.489,00
3. Regime de Execução Especial	3031,00	4.481,00	3.031,00	4.481,00
j) Suprimento de Fundos	3.031,00	4.481,00	3.031,00	4.481,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	7.747.584,00	7.936.665,00	7.747.584,00	7.936.665,00
k) Pagamento em Folha	7.740.395,00	7.914.370,00	7.740.395,00	7.914.370,00
l) Diárias	7.189,00	22.295,00	7.189,00	22.295,00
5. Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Total (1+2+3+4+5)	8.589.232,00	8.544.305,00	8.589.232,00	8.544.305,00

Fonte: SIAFI 12/13

4.1.3.3 - Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro - A.4.1.3.5 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa– Crédito de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal	7.740.39	7.795.76	7.740.39	7.795.76	0,00	0,00	7.740.395,00	7.914.370,00
Nome 1º elemento de despesa	5,00	2,00	5,00	2,00				
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
3339014	7.188,00	8.996,00	7.188,00	8.996,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3339033	7.395,00	13.023,00	7.395,00	13.023,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3339037	435.637,00	391.976,00	435.637,00	391.976,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	249.763,00	305.038,00	249.763,00	296.093,00	22.249,60	8.945,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 12/13

4.1.1.2 - Análise Crítica da Realização da Despesa.

Como fica evidenciado no quadro A.4.1.5, a SFA-TO, obteve uma redução das despesas da ordem de 2,8%, mesmo considerando a inflação do período como algo em torno de 6%.

Como ano de 2012, todas as despesas realizadas foram liquidadas não ocorrendo RP não processados.

4.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.2 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	5.249,00	0,00	0,00	5.249,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	1.641,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 12/13

4.2.1 Análise Crítica.

Os restos a pagar inscrito em 2012, referem-se a recursos de aquisição de equipamento fora de especificação e que em dez de 2013 ainda não havia sido entregue de forma adequada.

4.3 Transferências De Recursos

4.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro - A.4.3.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SUP. FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO TOCANTINS									
CNPJ: 00.396.895/0074-80					UG/GESTÃO: 130018				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	771223/12	ADAPEC	3.367.629,00	199.459,50	965.665,00	965.665,00	06/07/12	31/12/15	1
1	771224/12	ADAPEC	13.860.097,35	735.873,50	4.143.237,70	4.143.237,70	06/07/12	31/12/15	1
1	794621/13	ADAPEC	907665,25	46.228,00	0,00	0,00	19/12/13	31/12/14	1

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SICONV-SIAFI 12/13

4.3.2 – Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro - A.4.3.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	SUPERINTENENCIA FED. AGRIC. NO ESTADO DO TOCANTINS					
CNPJ:	00.396.895/0074-80					
UG/GESTÃO:	130018					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	01	02	0	0,00	5.108.902,00	0,00
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	1	2	0	0,00	5.108.902,00	0,00

Fonte: SICONV/SIAFI-12/13

4.3.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro - A.4.3.3 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas

Pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse

Unidade Concedente					
Nome: SUP.FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO TOCANTINS					
CNPJ: 00.396.895/0074-80		UG/GESTÃO: 130018			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	0	-	-
		Montante Repassado	0	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	-	-
		Montante Repassado	0	-	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	01	-	-
		Montante Repassado	2.311.840,00	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	-	-
		Montante Repassado	0	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	2	-	-
		Montante Repassado	3.295,894,00	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	-	-
		Montante Repassado	0	-	-
Anteriores	Contas NÃO	Quantidade	1	-	-

a 2011	Prestadas	Montante Repassado	1.000.000,00	-	-
---------------	------------------	---------------------------	--------------	---	---

Fonte: SICONV/13-Sistema de Gestão de Convênios e contrato de Repasses

4.3.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro - A.4.3.4 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios de Contratos de Repasse. **POSIÇÃO**
31/12
EM R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUP. FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO TOCANTINS					
CNPJ:00.396.895/0074-80			UG/GESTÃO:130018		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-
Montante Repassado (R\$)			-	-	
2012	Quantidade de contas prestadas			1	-
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	1	-	
		Quantidade Reprovada	-	-	
		Quantidade de TCE	-	-	
		Montante repassado	-	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	1	-	
Montante repassado (R\$)		-	-		
2011	Quantidade de Contas Prestadas			2	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	2	-	
		Quantidade Reprovada	-	-	
		Quantidade de TCE	-	-	
		Montante Repassado	-	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
Montante Repassado		-	-		
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado	-	-	

Fonte: SICONV/13 Sistema de Gestão de Convênios e contrato de Repasses

4.3.5 - Análise crítica:

Nos últimos três exercícios, apenas em 2012 houve repasse de recursos destinados a ADAPEC-TO, no valor de R\$5.108.902,72, referente aos convênios plurianuais registrado no SICONV sob números 771223/2012 e 771224/2012.

Em virtude dos recursos repassados no exercício de 2012 terem ocorrido no final do ano, a conveniente solicitou aditivo dos convênios para adequar o período de execução das metas. Com a aprovação dos Termos Aditivos as metas pactuadas para 2012 passaram para serem executadas em 2013.

Todas as transferências expiradas até 2012 tiveram suas prestações de contas apresentadas tempestivamente, analisadas com parecer favorável e aprovadas pelo Gestor da Superintendência.

Para acompanhar as metas físicas pactuadas e a aplicação adequada dos recursos repassados a SFA-TO designa servidores da área técnica para acompanhar “in loco” a execução das metas físicas e servidores da administração para desenvolver a análise financeira dos convênios.

4.4.1 -Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.4.4.1 – Despesas Realizadas por Meio da Conta TIPO “B” e por Meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) VALORES EM R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	0	0,00	0	0,00	05	3.032,00	3.032,00
2012	0	0,00	0	0,00	24	4.002,00	4.002,00
2011	0	0,00	0	0,00	54	7.698,00	7.698,00

FONTE: SIAFI/13

4.4.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro A.4.4.2 – Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador VALORES EM R\$ 1,00

Código da UG 1	Limite de Utilização da UG		Valor		Total
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Saque	Fatura	
MARCIO MARCOLINI	757.302.007-49	19.500,00	-	180,00	180,00
MARCIO MARCOLINI	757.302.007-49	19.500,00	-	40,00	40,00
MARCIO MARCOLINI	757.302.007-49	19.500,00	-	80,00	80,00
MARCIO MARCOLINI	757.302.007-49	19.500,00	-	66,25	66,25
MARCIO MARCOLINI	757.302.007-49	19.500,00	-	63,00	63,00
MARCIO MARCOLINI	757.302.007-49	19.500,00	-	80,00	80,00
MARCIO MARCOLINI	757.302.007-49	19.500,00	-	50,00	50,00
MARCIO MARCOLINI	757.302.007-49	19.500,00	-	132,00	132,00
MARCIO MARCOLINI	757.302.007-49	19.500,00	-	260,00	260,00
MARCIO MARCOLINI	757.302.007-49	19.500,00	-	61,66	61,66
MARCIO MARCOLINI	757.302.007-49	19.500,00	-	5,00	5,00
MARCIO MARCOLINI	757.302.007-49	19.500,00	-	150,00	150,00
MARCIO MARCOLINI	757.302.007-49	19.500,00	-	170,00	170,00
MARCIO MARCOLINI	757.302.007-49	19.500,00	-	115,00	115,00
MARCIO MARCOLINI	757.302.007-49	19.500,00	-	27,00	27,00
MARCIO MARCOLINI	757.302.007-49	19.500,00	-	277,69	277,69
MARCIO MARCOLINI	757.302.007-49	19.500,00	-	700,00	700,00
MARCIO MARCOLINI	757.302.007-49	19.500,00	-	420,00	420,00
TOTAL			-		2.877,60

EDUARDO DA SILVA BARRETO	504.056.325-68	3.900,00	-	14,97	14,97
EDUARDO DA SILVA BARRETO	504.056.325-68	3.900,00	-	13,00	13,00
EDUARDO DA SILVA BARRETO	504.056.325-68	3.900,00	-	141,00	141,00
TOTAL			-	-	154,00
Total Utilizado pela UG				-	3.032,00
Código da UG 2:	NÃO SE APLICA	Limite de Utilização da UG:		NÃO SE APLICA	
Total Utilizado pela UG					
Total Utilizado pela UJ					

Fonte: SIAFI/13 – Banco do Brasil S/A.

4.4.3 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro A.4.4.3 – Prestações de contas de suprimento de fundos (conta tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aguardando Análise	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC em Análise	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC não Aprovadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aprovadas	0	0,00	0	0	0	0,00	05	3.032,00	9	4.002,00	18	7.698,00

Fonte: SIAFI 12/13

4.4.4 - Análise Crítica:

A SFA-TO tem adotado como política na gestão dos recursos de suprimento de fundos, sua utilização em caráter cada vez mais emergencial. Tal fato pode ser observado na análise dos valores despendidos entre os anos de 2011 a 2013 aonde se evidencia uma queda significativa na prática deste instrumento.

5 – Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados.

5.1 – Estruturas de Pessoal da Unidade

5.1.1 – Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 - Lotação

Quadro A.5.1.1.1 – Força de trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	53	46	0	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	53	46	0	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	53	46	0	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	53	46	0	2

Fonte: Dados colhidos da CGDP/MAPA 12/2013

5.1.1.2 - Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	2
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	2
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	2
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	2
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	4
Fonte: SIAPE/12/13 Dados colhidos da CGDP/MAPA 12/2013	

5.1.2 – Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de Dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	6	6	0	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	6	6	0	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	6	6	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	1
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	5	5	0	1
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	5	5	0	
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	11	11	0	2

Fonte: SIAPE-12/13 Dados colhidos da CGDP/MAPA 12/2013

5.1.2.2 - Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de Servidores da UJ por faixa etária

Situação Apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	12	4	5	4
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	12	4	5	4
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	1	5	4	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	1	3	2	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	2	2	1
3. Totais (1+2)	0	13	9	9	5

Fonte: SIAPE-12/13 Dados colhidos da CGDP/MAPA 12/2013

5.1.2.3 - Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade situação

Apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	5	20	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	5	20	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	1	4	6	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	1	5	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	1	3	1	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	1	9	26	0	0	0

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE-12/13 Dados colhidos da CGDP/MAPA 12/2013

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro – A.5.1.3.1 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Rebribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	4.772.985,61	0,00	677.138,83	123.597,39	168.465,95	67.693,24	31.437,47	3.036,07	64.403,84	5.908.758,40
	2012	2.557.012,54	0,00	2.7693891,79	397.213,55	138.769,64	59.351,00	42.590,10	0,00	45.713,31	6.010.541,93
	2011	2.569.683,39	0,00	2.938.546,25	437.905,37	148.935,77	64.113,00	27.913,78	8.600,07	79.652,40	6.275.350,03
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	85.941,30	0,00	7.582,23	0,00	7.296,00	3.045,00	0,00	0,00	4.791,00	108.655,53
	2012	19.366,65	0,00	0,00	0,00	1.520,00	314,00	0,00	1.807,23	1.597,00	24.604,88
	2011	105.382,10	0,00	9.565,50	0,00	7.296,00	2.858,00	0,00	2.395,50	9.582,00	137.079,10
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	924.687,29	132.046,92	85.351,18	0,00	30.934,20	9.853,61	2.941,92	0,00	12.732,40	1.198.547,52
	2012	438.049,83	128.839,08	552.789,65	46.234,43	24.026,44	10.358,00	0,00	0,00	0,00	1.200.297,43
	2011	413.499,64	128.839,08	541.993,37	44.277,31	23.832,77	7.946,00	0,00	0,00	0,00	1.160.388,17
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	391.910,95	30.585,81	35.990,15	20.200,19	37.862,54	4.319,15	3.564,43	0,00	0,00	524.433,22
Exercícios	2013	391.910,95	30.585,81	35.990,15	20.200,19	37.862,54	4.319,15	3.564,43	0,00	0,00	524.433,22
	2012	339.318,43	34.625,98	130.434,75	9.061,18	39.973,94	3.962,96	2.941,08	0,00	0,00	560.318,32
	2011	328.675,66	33.283,27	129.901,67	3.123,86	40.510,12	5.430,23	6.256,31	0,00	0,00	547.181,12

Fonte: SIAPE-12/13 -SIAFI-12/13 Dados colhidos da CGDP/MAPA 12/2013

5.1.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1 - Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro A.5.1.4.1 – Composição do Quadro de servidores inativos – situação apurada em 31 de dezembro.

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	7	1
1.1 Voluntária		
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2. Proporcional	4	0
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	11	1

Fonte: SIAPE-12/13 Dados colhidos da CGDP/MAPA 12/2013

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.4.2 – Instituidores de pensão – situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	8	0
1.1. Integral	5	0
1.2. Proporcional	3	0
2. Em Atividade	5	0
3. Total (1+2)	13	0

Fonte: Dados colhidos da CGDP/MAPA 12/2013

5.1.5 – Cadastramento no Sisac

5.1.5.1 - Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac

Quadro A.5.1.5.1 – Regularidade do cadastro dos atos no SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria				1
Concessão de pensão civil	-	-	1-	1-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Total	-	-	1-	2
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	-	-	-	-
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

FONTE: Dados colhidos da CGDP/MAPA 12/2013

5.1.6 – Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A SFA-TO não possui indicadores para tal gerenciamento, e ainda não tem previsão para o seu desenvolvimento, pois esta iniciativa cabe ao MAPA Sede.

Quanto aos itens abaixo temos as seguintes informações:

Absenteísmo: Não há registro em 2013;

Acidente de Trabalho e Doenças Ocupacionais: Não há registro em 2013;

Rotatividade: Não há registro em 2013;

Educação Continuada: Não há registro em 2013;

Disciplina: Não há registro de atos de indisciplina em 2013 e

Aposentadoria versus reposição do quadro: No ano de 2013, 01 aposentadoria sem reposição ao quadro.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.2.1 – Contratos de prestação de servidores de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINENDENCIA FEDERAL DE AGIC. NO ESTADO DO TOCANTINS													
UG/Gestão: 130018							CNPJ: : 00396895/0071-80						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	002/2012	12.083.195/0001-60	01/03/2012	01/03/2014	1	1	3	3	-	-	P
2011	V	O	003/2011	06.088.000/0002-52	01/05/11	01/05/14	-	-	4	4	-	-	P
Observações:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: SIASG 12/13

5.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.5.2.2 – Contratos de prestação de serviço com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão:							CNPJ:						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	5	O	009/2010	04.795.101/0001-57	15/10/10	15/10/14	-	-	4	4	-	-	A
2010	12	O	009/2010	04.795.101/0001-57	15/10/10	15/10/14	-	-	1	1	-	-	A
2012	4	O	003/2012	12.083.195/0001-60	01/03/2012	01/03/2014	1	1	-	-	-	-	P

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SIASG 12/13

5.2.3 – Análise Crítica dos Itens 5.2.3 e 5.2.4

Tanto os Contratos de Limpeza vigilância e de terceirização de não de obra transcorreram dentro da normalidade não havendo a necessidade de nenhum reparo

5.2.4 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro - A.5.2.4 – Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	1	4	5	5	24.888,99
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio	2	2	2	2	18.130,33
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)					43.019,32

Fonte: SIAPE-12/13 Dados colhidos da CGDP/MAPA 12/2013

6 – Gestões do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Lei nº 1.081 de 13 de abril de 1950.

b) Para atender a área finalística em suas atividades de fiscalizações e fomento há a necessidade de utilização de veículos oficiais especialmente porque na sua grande maioria as ações de fiscalização são desenvolvidas no interior do estado. Desse modo, torna-se impositiva a manutenção de frota de veículos pela SFA/TO.

c) A frota é composta por 20 veículos que atendem as áreas técnica e administrativa da SFA/TO para transporte institucional apenas. Não há veículo de representação.

d) Média anual de 7.516 km por veículo.

e) A idade média de 3 anos

f1) Custos com combustíveis e lubrificantes.....R\$ 60.685,37

f2) Custos com revisões.....R\$ 26.372,97

f3) Custos com seguros obrigatórios..... R\$ 3.228,15

g) O plano de substituição da frota tem como metas da sede prevê a substituição de 20% da frota a partir de 2014.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

A política de transporte do MAPA é feita sede em Brasília. Até o presente momento a opção tem sido pela aquisição direta de veículos.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

A SFA/TO possui um programa de gerenciamento de frota, que possibilita a análise de cada veículo da frota, com identificação do condutor, consumo de combustível, manutenção, além de outros relatórios que podem ser produzidos conforme a necessidade.

6.2 - Gestões do Patrimônio Imobiliário

6.2.1 - Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Quadro A.6.2.1 – Discriminação de imóveis funcionais da união sob responsabilidade da UJ

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	9373001 65500-0	9 5	1.080.245,15	22/05/2013	2.220.664,18	0,00	12.580,00
	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-
Vazios	--	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-
Total						0,00	12.580,0

Fonte: MP/SPU-TO/SIAFI-12/13.

Análise crítica:

SFA-TO Esta instalada em imóvel próprio, sendo o único ocupado cuja construção é recente apresentado bom estado de conservação conforme quadro A.7.1 e A.7.3.

ASFA-TO não aluga próprios de Terceiros.

7 – Gestões do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

7.1 - Gestões Ambientais e Licitações Sustentáveis

Quadro A.7.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			X		
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).			X		
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. • Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.			X		
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
Considerações Gerais:					

LEGENDA**Níveis de Avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
 (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
 (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
 (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
 (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

8 – Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas**8.1 - Declarações de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei nº. 8.730/93****8.1.1 – Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93****Quadro- A.8.1.1 Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR**

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº. 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início Do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º das Leis). Nº. 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargos, Empregos, Funções de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	10
	Entregaram a DBR	-	-	10
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: SGP/SFA-TO



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

00 396 895/0012-88

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Coordenação Geral de Administração
de Pessoas
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO D
ANEXO 1º ANDAR ALA A
CEP 70043-900

BRASÍLIA - DF

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas da União, que o servidor, José Calazans dos Santos CPF nº 150.533.771-20, apresentou autorização de acesso do Imposto de Renda, neste Ministério, conforme prevê a Instrução Normativa do TCU 65/2011 de 28/04/2011.

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

Carlos Antônio Portuguez de Assunção
Chefe de Divisão de Cadastro - CGAP

Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento - MAPA

Carlos Antônio Portuguez de Assunção
Confere com o Original

Data: 12/02/14



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

00 396 895/0012-88
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Coordenação Geral de Administração
de Pessoas
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO D
ANEXO 1º ANDAR ALAA
CEP 70043-900
BRASÍLIA - DF

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas da União, que o servidor, Alberto Jerônimo Pereira CPF nº 135.037.821-68, apresentou autorização de acesso do Imposto de Renda, neste Ministério, conforme prevê a Instrução Normativa do TCU 65/2011 de 28/04/2011.

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

Carlos Antônio Portugal de Assunção
Chefe de Divisão de Cadastro - CGAP

Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento - MAPA

Confere com o Original
Data: 12.02.14

Análise Crítica: Com relação às DBR, compete ao SGP/SAD/SFA-TO a guarda das e o controle das DBR, que são entregues anualmente, em envelope lacrado e assinado. A SFA-TO, ainda não dispõem de um sistema automatizado de controle.

8.2 – Alimentações do SIASG e SICONV

Quadro A.8.2.1 – Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG

DECLARAÇÃO

Eu, Márcio Marcolini, CPF nº757302007-49, Chefe do SAD, exercido na SFA-TO, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Palmas, 28 de Março de 2014.

Marcio Marcolini

757302007-49

SAD/SFA-TO

Quadro A.8.2.2 – Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Jalbas Aires Manduca, CPF nº143.667.971-00, Superintendente Federal da Agricultura, exercido na SFA-TO declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 28 de Março de 2014.

Jalbas Aires Manduca

143.667.971-00

Superintendente Federal da Agricultura/ SFA-TO

9 - Relacionamentos com a Sociedade

9.1 – Descrições dos canais de Acesso do Cidadão

A Superintendência Federal da Agricultura no Estado do Tocantins, tendo em vista o reduzido quadro de pessoal, optou por utilizar os canais institucionais, principalmente o Site do MAPA, a onde pode ser acessada todas as informações de interesse do cidadão, inclusive o link da Ouvidoria que se encarrega de encaminhar as demandas para as Superintendências.

10 - Informações Contábeis

10.1 - Declarações do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

10.1.1 - Declaração Plena

Quadro A.10.1.1 - Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA. PECUARIA E ABASTECIMENTO-SFA/TO			130018
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

11 - Outras Informações sobre a Gestão

Participação do Superintendente da SFA-TO e da Chefe do SISA/DDA/SFA-TO, no período de 16 a 19 de setembro de 2013 do World Food Moscow 2013, na cidade de Moscou, da tradicional feira de alimentos que se realiza anualmente e que contará com o estande da ABRAFRIGO, com o objetivo de divulgar a carne brasileira naquele importante mercado.